



83ª Reunião Plenária Ordinária do CONFEMA

24 de setembro de 2013 – 9h

PAUTA

Informes:

Expediente:

- I. Sugestões de inclusão de Pauta.

Ordem do dia:

- I. Apresentação sobre Implantação do Parque Vila Ema – Sr. Túlio (DEPAVE)
- II. Apreciação e Deliberação sobre Contratação de Serviços e Obras Objetivando a Manutenção do Campo de Futebol Raposo Tavares (Processo nº 2013-0.139.763-2);
- III. Apreciação e Deliberação sobre Contratação de Serviços e Obras Objetivando a Manutenção Geral das Instalações do Parque Linear Por do Sol (Processo nº 2013-0.127.613-4);
- IV. Apreciação e Deliberação sobre Contratação de Serviços Objetivando a Manutenção Geral das Instalações do Parque da Aclimação (Processo nº 2013 -0.193.609-6);
- V. Apreciação e Deliberação sobre Contratação de Serviços e Obras Objetivando a Manutenção Geral das Instalações do Parque Chácara das Flores (Processo nº 2013 -0.127.615-0);
- VI. Apreciação e Deliberação sobre Contratação de Serviços e Obras Objetivando a Manutenção Geral das Instalações do Parque Jacintho Alberto (Processo nº 2013 -0.149.532-4);
- VII. Apreciação e Deliberação sobre Contratação de Serviços Objetivando a Manutenção Geral das Instalações do Parque Anhanguera (Processo nº 2013 -0.112.484-9);
- VIII. Apreciação e Deliberação sobre Contratação de Serviços e Obras Objetivando a Manutenção Geral das Instalações do Parque Colinas de São Francisco (Processo nº 2013 -0.092.289-0);
- IX. Apreciação e Deliberação sobre Contratação de Serviços e Obras Objetivando a Manutenção Geral das Instalações do Parque Alfredo Volpi (Processo nº 2013 -0.092.298-9);
- X. Apreciação e Deliberação sobre Contratação de Serviços e Obras Objetivando a Manutenção Geral das Instalações do Parque Rodrigo de Gasperi (Processo nº 2013 -0.092.300-4);
- XI. Apreciação e Deliberação sobre Contratação de Serviços e Obras Objetivando a Manutenção Geral das Instalações do Parque Linear Castelo (Processo nº 2013 -0.127.612-6);
- XII. Apreciação e Deliberação sobre Contratação de Serviços e Obras Objetivando a Manutenção Geral das Instalações do Parque Linear do Canivete (Processo nº 2013 -0.092.307-1);



- XIII.** Apreciação e Deliberação sobre Contratação de Serviços e Obras Objetivando a Manutenção Geral das Instalações do Parque Pinheirinho D'Água (Processo nº 2013 - 0.149.530-8);
- XIV.** Apreciação e Deliberação sobre Contratação de Serviços e Obras Objetivando a Manutenção do Campo de Futebol Pinheirinho D'Água (Processo nº 2013 -0.149.529-4);
- XV.** Apreciação e Deliberação sobre Contratação de Serviços e Obras Objetivando a Manutenção Geral das Instalações do Parque Vila dos Remédios (Processo nº 2013 - 0.092.287-3);
- XVI.** Apreciação e Deliberação sobre Contratação de Serviços e Obras Objetivando a Manutenção Geral das Instalações do Parque São Domingos (Processo nº 2013 - 0.149.527-8);
- XVII.** Apreciação e Deliberação sobre Contratação de Serviços e Obras Objetivando a Manutenção Geral das Instalações do Parque Raposo Tavares (Processo nº 2013 - 0.127.614-2);
- XVIII.** Apreciação e Deliberação sobre Contratação de Serviços e Obras Objetivando a Manutenção Geral das Instalações do Parque Linear da Consciência Negra (Processo nº 2013 -0.137.664-3);
- XIX.** Apreciação e Deliberação sobre Contratação de Serviços e Obras Objetivando a Manutenção Geral das Instalações do Parque das Águas (Processo nº 2013 - 0.168.807-6);
- XX.** Apreciação e Deliberação sobre Contratação de Serviços e Obras Objetivando a Manutenção Geral das Instalações do Parque Ecológico Chico Mendes (Processo nº 2013 -0.106.970-8);
- XXI.** Apreciação e Deliberação sobre Contratação de Serviços e Obras Objetivando a Manutenção Geral das Instalações do Parque da Ciência (Processo nº 2013 - 0.092.309-8);
- XXII.** Apreciação e Deliberação sobre Contratação de Serviços e Obras Objetivando a Manutenção Geral das Instalações do Parque Lions Clube Tucuruvi (Processo nº 2013 - 0.092.303-9);
- XXIII.** Apreciação e Deliberação sobre Contratação de Serviços e Obras Objetivando a Manutenção Geral das Instalações do Parque Linear Aristocrata (Processo nº 2012 - 0.162.733-4);
- XXIV.** Apreciação e Deliberação sobre Prorrogação Contratual dos Serviços de Manejo e Conservação dos Parques do Grupo Cemucam (Processo nº 2011 -0.264.557-1);
- XXV.** Apreciação e Deliberação sobre Serviços Técnicos de Manejo e Conservação Nos Parques Públicos que integram o Grupo Ciência (Processo nº 2013 -0.083.499-0);
- XXVI.** Apreciação e Deliberação sobre Complementação de Parecer Técnico do Projeto "Capacitação e formação continuada, Gerenciamento e Logística das cooperativas de catadores seletivos de materiais recicláveis em conjunto com a conscientização da comunidade na educação ambiental." (Itaquera/Itaim Paulista) do Movimento de Defesa do Favelado - MDF, Aprovado pelo Edital FEMAR 9 (processo de nº 2013 - 0.002.123 - 0);
- XXVII.** Apreciação e Deliberação sobre Complementação de Parecer Técnico do Projeto "Capacitação e formação continuada, Gerenciamento e Logística das cooperativas de catadores seletivos de materiais recicláveis em conjunto com a conscientização da



comunidade na educação ambiental.” (Favela Vila Prudente e Bairro da Luz) do Movimento de Defesa do Favelado - MDF, Aprovado pelo Edital FEMA 9 (processo de nº 2013-0.011.578-1);

Anexos:

Parecer do Processo nº 2013-0.139.763-2
Parecer do Processo nº 2013-0.127.613-4
Parecer do Processo nº 2013 -0.193.609-6
Parecer do Processo nº 2013 -0.127.615-0
Parecer do Processo nº 2013 -0.149.532-4
Parecer do Processo nº 2013 -0.112.484-9
Parecer do Processo nº 2013 -0.092.289-0
Parecer do Processo nº 2013 -0.092.298-9
Parecer do Processo nº 2013 -0.092.300-4
Parecer do Processo nº 2013 -0.127.612-6
Parecer do Processo nº 2013 -0.092.307-1
Parecer do Processo nº 2013 -0.149.530-8
Parecer do Processo nº 2013 -0.149.529-4
Parecer do Processo nº 2013 -0.092.287-3
Parecer do Processo nº 2013 -0.149.527-8
Parecer do Processo nº 2013 -0.127.614-2
Parecer do Processo nº 2013 -0.137.664-3
Parecer do Processo nº 2013 -0.168.807-6
Parecer do Processo nº 2013 -0.106.970-8
Parecer do Processo nº 2013 -0.092.309-8
Parecer do Processo nº 2013 -0.092.303-9
Parecer do Processo nº 2012 -0.162.733-4
Parecer do Processo nº 2011 -0.264.557-1
Parecer do Processo nº 2013 -0.083.499-0
Parecer do Processo nº 2013 -0.002.123-0
Parecer do Processo nº 2013-0.011.578-1



Coordenador Luis Eduardo Damasceno: A 83ª Reunião Plenária e Ordinária do CONFEMA. Eu gostaria de saber se algum dos conselheiros presentes teria alguma sugestão de inclusão de pauta? Sem nenhuma sugestão, passamos a ordem do dia, que seria primeiro item, apresentação sobre a implantação do Parque da Vila Ema, pelo Túlio que trouxe o material, mas foi uma solicitação da conselheira Cecília, que está representada aqui pela Marina. E nós já conversamos, ela mandou um recado, que ela gostaria de vir aqui, subir, ver a transparência, depois, com o Túlio. A senhora concorda? Então está bom. Então passaremos, apreciação e deliberação sobre a contratação de serviços e obras. Passo a palavra agora ao Rubens para que dê continuidade.

Secretário Executivo Rubens Borges: Bom dia a todos. Hoje a gente tem uma pauta um tanto extensa. A maior parte dos projetos que serão aprovados, têm praticamente o mesmo objeto, só que mudando o parque. Então, em geral, o objeto é reforma e manutenção de equipamentos públicos dentro dos parques. Então eu vou ler o primeiro parecer, completo. E os próximos pareceres, lerei só a análise da proposta e a conclusão da CAV. Isso se os conselheiros concordarem. Porque o restante do parecer, o conteúdo dele é o mesmo, que é a fundamentação legal, a fundamentação da legislação e da Resolução do CADES, que inclui nas diretrizes esse tipo de serviço. Então, se todos concordarem, eu vou ler só o primeiro, completo, o restante eu leio só a introdução e a conclusão da Comissão. Ok? Então o primeiro é apreciação e deliberação sobre contratação de serviços de obras, objetivando a manutenção do campo de futebol do Raposo Tavares. Processo: 2013-0.139.763-2. Proponente: SVMA/DEPAVE. Valor: R\$ 1.451.875,44. Análise da proposta - Trata a presente proposta de contratação de serviços e obras objetivando a manutenção das instalações do Parque Raposo Tavares, cujo objeto inclui a manutenção geral do campo de futebol com adequação de drenagem, aplicação de grama sintética, pintura de muretas e reforma de vestiários (interno e externo), conforme memorial descritivo e relatório fotográfico juntado em folha 05 a 08 do processo. Então os processos estão todos aqui, para consulta, se eventualmente os conselheiros quiserem consultar. Os serviços serão executados por Ata de Registro de Preços da Secretaria de Infraestrutura Urbana, cuja autorização para utilização consta em folha 62. Análises econômica e orçamentária da proposta - O orçamento do valor da obra encontra-se respaldado em Memorial descritivo e relatório fotográfico da obra (fls. 05 a 08) e das planilhas orçamentárias (fl. 27 e 28), atestados pela Coordenadoria do Núcleo de Manutenção – DEPAVE-1, perfazendo o montante de R\$ 1.451.875,44. A presente proposta origina-se da necessidade de manutenção e conservação de parques, com proposta elaborada pela Divisão Técnica de Gestão de Parques - DEPAVE-5. O Departamento de Administração e Finanças - DAF.G, encaminha o presente processo ao DPP para apreciação e deliberação do CONFEMA, juntando-se sob folha 66, cópia da solicitação de abertura de crédito adicional suplementar, para fazer frente às despesas da presente proposta. Enquadramento nas diretrizes, objetivos e princípios da Política Municipal do Meio Ambiente e do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA; na legislação ambiental vigente; bem como nas diretrizes, prioridades e programas de alocação de recursos estabelecida pelo CADES . A proposta se enquadra nas diretrizes do SISNAMA e do CADES, em especial quanto ao art. 57 da Lei nº 14.887 (de 15 de janeiro de 2009 que reorganiza a Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente – SVMA), que determina explicitamente que os recursos do Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável destinam-se precipuamente a apoiar: - o desenvolvimento de planos,



programas e projetos: no item b) de manutenção, melhoria e/ou recuperação da qualidade ambiental; c) Segundo a resolução n.º 153/CADES /2013, de 08 de março de 2013, que trata da diretriz anual para utilização dos recursos do FEMA (nos termos do artigo 8º, inciso I do Decreto nº 41.713, de 25/02/2002), observamos que a presente proposta se enquadra nas diretrizes referentes à “Expansão e conservação de áreas verdes e unidades de conservação e Parques Urbanos, Lineares e Naturais”. Conclusão - Com base no exposto no presente relatório, a CAV considera que a proposta atende às diretrizes anuais estabelecidas para o exercício de 2013, aprovada pelo CADES, que trata da utilização dos recursos do FEMA, ressaltando que a contratação fica vinculada a aprovação da solicitação de crédito adicional suplementar. Sendo assim, a CAV não identifica óbice para prosseguimento da proposta em referência. São Paulo, 17 de setembro de 2013. Assina a Comissão de Avaliação. Abro a palavra aos conselheiros. Cristina, pode falar.

Cons. Cristina: Bom dia a todos. Cristina Antunes, pela Ciranda. Eu li toda a pauta, e como o Rubens falou, a maior parte das solicitações refere-se a utilização dos recursos do fundo, que é um fundo público, para manutenção e reformas em espaços públicos, todos, obviamente, com benefício ambiental. Agora, há uma série de questionamentos, Rubens. Primeiro lugar, esses projetos que estão solicitando verba, sem entrar no mérito do valor, que de cara me parece alto de mais, mas enfim, não é a nossa seara, acho alto demais mesmo, porque com esse valor nós fizemos um parque inteiro. Mas tudo bem, vamos lá. O Fundo Especial do Verde não existe para cobrir serviços, obras ou intervenções que tem que ser feito com orçamento da secretaria. Nessa Resolução do CADES, eu estava lá, a gente aprovou aquela relação, mas a utilização daquele item como justificativa para permitir essa verba do FEMA, me parece uma pegadinha semântica. Porque aquilo lá seria permitido desde que dentro das regras que regem o uso dos recursos do FEMA. Além disso, nós temos alguns precedentes, nós já tivemos aqui, em outras épocas do FEMA, quando eu estava como conselheira, e mesmo depois disso, nós já recusamos projetos porque havia essa tentativa de usar verba do orçamento. E tem outros precedentes, em outros fundos. O FID, que é o Fundo de Interesse Difusos Lesados, que é vinculado ao Ministério Público Estadual, já teve um pedido da Secretaria Estadual de Meio Ambiente, para usar recursos, para garantir operação de controle ambiental. Isso foi negado por unanimidade, não só pelos conselheiros da sociedade civil, mas pelos da administração pública também, e pelos representantes do Ministério Público. Nessa mesma reunião em que as diretrizes deste ano foram aprovadas, o Walter Pires, secretário da Cultura, sugeriu que fosse incluída a possibilidade de usar recursos do FEMA para cobrir despesas que o orçamento da Secretaria de Cultura não tem como cobrir. E foi negado. Eu mesma me manifestei contrária, outros conselheiros estavam lá, também, se manifestaram. E isso daqui foi claramente entendido como um uso indevido do recurso do FEMA. Eu tive cuidado de conversar com um promotor, informalmente, extraoficialmente, para trocar ideias: isso daqui é possível, não é possível? Porque nós temos uma reunião, eu falei com ele na segunda-feira, a reunião ia ser na terça, e ele me disse que no entendimento dele, não, não é permitido. Isto é um fundo público e as secretarias, todos os órgãos públicos têm que dar conta de suas obrigações com o recurso do orçamento que vem do nosso



imposto. Portanto, nenhum equipamento pode ser criado sem que já tenha a possibilidade de assumir o custeio. Porque o custeio custa, dependendo da atividade, onera o orçamento no mesmo valor da implantação. Até me assusta isso aqui, porque você está falando que a implantação vai ser R\$ 1,5 milhão, vai custar outro R\$ 1,5 milhão para fazer essa manutenção. De onde vai sair este dinheiro? Então se a prefeitura ou o estado não tem condição de suportar, fazer a manutenção e assumir o custeio com o seu próprio orçamento, não pode implantar um equipamento. Aquele, eu chamo de delírio, que foi na administração passada, da gente implantar 100 parques, era uma leviandade. Porque implantar 100 parques sem concluir outros parques que estavam para trás, cujo argumento para não ser concluído era justamente que não tinha dinheiro no orçamento. Então como vai colocar um equipamento novo sem ter como manter? Qualquer dona de casa sabe essa regrinha. A gente não compra uma geladeira se você não pode pagar a conta da eletricidade. Então este recurso do fundo, para esses 25, não é, Rubens, projetos que estão solicitando recurso do FEMA, me parece absolutamente descabido. Eu tenho duas preocupações principais com relação a isso. O CONFEMA, como bem diz o nome é um conselho gestor deste fundo, aprovar isso daqui nos coloca a nós, conselheiros e administração municipal, absolutamente vulneráveis a questionamento no Tribunal de Contas e no Ministério Público. Porque qualquer entidade que entre com questionamento no Ministério Público vai bloquear essa aprovação. Eu li aqui, o parecer... eu procurei de manhã, o Rubens me passou esse parecer, e... peguei o parecer errado. E o parecer tem algumas observações, Rubens, que realmente me parece, assim, falaciosas. Esse uso do "juridiquês", para provar que água é leite, que é uma estratégia dos advogados. Os advogados são treinados para isso. Eu acho que tem argumentos aqui que são absolutamente falaciosos. Então não acho que esse parecer se sustente em um questionamento neutro. Eu entendo o desespero da Secretaria, e isso rebate na população, de dar conta de manter espaços públicos de qualidade. Nós mesmos, lá em Santo Amaro, estamos aguardando a abertura do setor oeste, de um parque que foi criado, que já fez seis anos, fez aniversário a semana passada, e até hoje a secretaria não fez isso porque não tem dinheiro no orçamento para fazer. Se a gente permitir isso aqui, todo o atraso que tem na cidade com relação à manutenção e a recuperação de áreas públicas, e não são só parques, tem parques lineares, praças, vai tudo invadir o fundo. A gente vai abrir um precedente gravíssimo, porque tem um passivo de atrasos de recuperação e manutenção, de manejo, nós passamos um ano com manejo sendo feito sem ter equipe de manejo, porque não tinha verba no orçamento. Se a gente abrir essa porteira, Rubens, a gente não tem mais como controlar o recurso do fundo para fazer projetos que efetivamente não possam ser feitos pelo orçamento. Aqui é o contrário, ele não pode ser feito... esse tipo de trabalho não cabe no fundo. Tem que ser feito no orçamento. Uma administração responsável tem que ter orçamento e prever isso. Eu solicitei aqui, no setor de comunicação, uma cópia do orçamento da secretaria para este ano e as alocações previstas. ele não conseguiu ainda, o Cristiano. Mas em um dos projetos que você diz que vai somente mencionar, diz aqui na análise econômica e orçamentária, ele diz assim: A presente proposta origina-se da manifestação... tal como esse aqui, porque isso daqui tem um recorte e cole, nesse projetos. Mas dá o seguinte destaque: Destaca-se o fato mencionado de que não há recursos orçamentários disponíveis em dotação própria



da secretaria para realização da proposta. Ora, então está reconhecendo que devia ser feito com o orçamento. Se não tem disponível, lamento, vai procurar, vai reclamar lá na Secretaria de Finanças. Vai arranjar dinheiro que não seja do fundo. Arranja patrocínio. A prefeitura tem uma série de outras providências que pode tomar para usar esse dinheiro. O fundo é público, tem que ser usado com... é um recurso que saiu, não dos nossos impostos, saiu de multas, saiu de pagamento por uso de áreas públicas, TACs. Então isso aqui é nosso. É nosso. A gente não pode admitir que o que a gente já paga com imposto não seja usado com imposto, porque o imposto, vamos acreditar que esteja sendo bem usado, mas não dá conta, e vai usar o nosso dinheiro que é para outras coisas. E reitero, a gente está esperando outras providências, que já não foram feitas pelo mesmo argumento, porque não tem dinheiro. Eu quero dar o exemplo de uma postura responsável. Eu conversei essa semana, por conta de outro problema com a diretora da regional sul de saúde, em Santo Amaro, porque a gente está tentando colocar mais UBSs. E ela diz o seguinte: “Cristina, eu não posso colocar mais do que duas UBSs, porque eu não vou ter dinheiro no orçamento para fazer o custeio, e para fazer a manutenção.” E manutenção é exatamente isso. É cuidar dos vestiários, é cuidar, no caso da saúde, é cuidar dos equipamentos e atender da melhor maneira possível. Portanto, eu tenho mais uma série de argumentos, mas não quero me estender. Eu já avisei a Ellen, infelizmente, eu tenho que sair 11h15. Eu viro abóbora todos os dias. Mas eu queria deixar muito claro, Rubens, que essa tentativa de usar, me incomoda de usar o dinheiro do Fundo para isso, me incomoda profundamente. Porque em um descuido, a gente pega e aprova. Porque é tudo muito nobre. É tudo muito necessário. É tudo muito... Atende muito os desejos da população. Mas é um uso indevido de recursos, e um reconhecimento da prefeitura de que o orçamento é insuficiente. Nós estamos em setembro. Estamos votando o orçamento esse mês. As secretarias têm que ter a responsabilidade de botar no orçamento, tudo que precisa e brigar depois, lá na Câmara, para que não cortem. Porque a Câmara faz isso. Chega na Câmara, eles cortam tudo. E depois disso, o prefeito corta também. Se corta, fica sem. O Fundo não é para tapar buraco de orçamento. E eu solicito, uma vez que a gente tem essa responsabilidade, e eu não quero ser, algum dia, cobrada por ter aprovado um uso indevido de dinheiro público, eu solicito, em primeiro lugar, o adiamento dessa aprovação de hoje. Em segundo lugar, um parecer neutro. Aqui a própria... O jurídico aqui da secretaria se colocou contrário. Aí mandaram para a PGM. A PGM, como eu falei, os advogados tem esse treinamento, para enrolar, enrolar, e enrolar, e provar o que não quer. Na verdade, comprovar o que é incomprovável, justificar o injustificável, mas eu peço o parecer, mais um parecer que seja neutro. Esse parecer neutro, tanto pode ser de algum organismo da sociedade civil, como pode ser do Ministério Público. E eu peço, formalmente, a apresentação do orçamento de 2013 para essa Secretaria. Para a gente poder comparar o que estava previsto, se estavam previstos esses serviços que eram necessários, ou se, por alguma omissão, se simplesmente se deixou. Se deixou passar, sem incluir no orçamento. Eu, como falei, eu tenho outros argumentos aqui, mas eu espero que o conselho reflita sobre essa questão, e que a gente não se comprometa civilmente, legalmente, com uso indevido de dinheiro. Nós estamos vendo aí, que hoje em dia, os olhares estão mais atentos para uso indevido de recurso público. Nós somos Conselho Gestor. Nós temos uma responsabilidade civil, legal, com relação a



isso. Inclusive está aqui que uma das condições para qualquer uso, tem que ser aprovado... o uso tem que ser aprovado por este Conselho Gestor, entre outras condições. Então, eu fico à disposição, Rubens, se precisar de mais explicações, mais justificativas, eu tenho aqui, eu anotei, fiz um trabalho em cima desse pedido, porque realmente, eu fiquei muito alarmada com a facilidade com que nos colocam 25 projetos a serem aprovados, em cima de uma falácia.

Secretário Executivo Rubens Borges: Bom, como essa questão orçamentária não é a minha especialidade, a gente tem aqui o Jairo, que é do Departamento Administrativo-Financeiro, que talvez possa explicar essa questão da utilização dos recursos do orçamento, e como é que isso foi previsto.

Jairo: Bom dia a todos. Com relação ao orçamento para 2014, ainda não tem disponibilidade porque foram enviadas as propostas e até agora nós não recebemos o retorno do que nós pedimos para 2014, enfim, para 2014 e 2017. Com relação a 2012, 2013, o orçamento foi preparado em junho de 2012, e pelo que nós conseguimos levantar, na Secretaria do Verde e Meio Ambiente tinha 73 parques. Em dezembro de 2012, esse número subiu para 102. Essa discussão nós tivemos com a Secretaria de Planejamento e Gestão. Fomos pedir recurso para tocar todo esse trabalho, uma vez que o que foi previsto para 2013 era bem menos do que nós recebemos, na realidade. E a Secretaria de Planejamento disse que nós tínhamos que trabalhar com o recurso que nós tivemos. Por outro lado, o prefeito declarou a quem quisesse ouvir, que para parques não ia faltar recurso. Isso ele declarou na imprensa, logo nos primeiros dias que ele tomou posse. E a Secretaria, preocupada com essa situação, de um orçamento reduzidíssimo, em vista do que foi previsto, do que foi pedido para 2013, a redução foi de mais de 50% com os cortes que você acabou de dizer, que são feitos. E nessa situação, nós consultamos Secretaria do Planejamento, Secretaria de Negócios Jurídicos, Secretaria de Governo, para ver como é que a Secretaria podia se manter em cima desses valores com todos esses parques recebidos, e os que viemos a receber. Hoje, são 111, se não me falha a memória. O diretor da área, aqui, pode explicar melhor depois. Diante dessa situação toda, foi consultado realmente, a Procuradoria Geral do Município, diante da legislação que nós temos, que é o Decreto, a lei que criou a Secretaria, o decreto que regulamentou o FEMA, aquela Resolução do CADES, do início do ano. Encaminhamos tudo para a Secretaria de Negócios Jurídicos e de lá, para a Procuradoria Geral do Município, que gerou esse parecer que você tem em mãos. Esse parecer foi submetido à SJ, submetido à Secretaria de Planejamento, a Finanças, e o que nos foi dito: vamos poder utilizar os recursos do FEMA para manutenção dos parques. O que nós estamos pedindo aí, o que está sendo pedido nessa reunião de hoje, é recurso para dar continuidade ao que nós temos. Para atender as políticas de governo, ao pedido do senhor prefeito, que ele disse que não ia deixar os parques em uma situação que estavam, que ele realmente achou aquilo uma falta de posicionamento com a população, uma falta de cuidado para com a população, diante de uns parques totalmente danificados, destruídos, em situação impraticáveis de visitação. Então, diante disso, foi solicitado, e foi-nos autorizado, foi feito todo esse estudo em cima da Procuradoria Geral do Município, e chegou-se à conclusão que realmente poderia, para esses casos, a gente utilizar o recurso das receitas correntes do Fundo. Tirando disso aí, aquelas receitas específicas que são do Crédito de Carbono, as receitas de multa de falta de Inspeção Veicular, isso não está entrando nesses recursos. Então a Procuradoria entendeu que a receita corrente do fundo poderia ser utilizada para manutenção dos parques. Para dar uma vida aos parques, que a população hoje, realmente, é... que a população carecia de mais atenção, com relação à visitação aos parques. Então, por isso, foi concedido. O nosso orçamento para 2014, e o PPA para 2017, nós fizemos previsão legal para dar atendimento aos parques também. Então nós temos dois recursos no orçamento, para 2014, até 2017. Foi pedido o recurso pela Secretaria, na dotação da secretaria, para dar manutenção também. E a previsão no fundo do FEMA, também. A pedido da Secretaria de Planejamento e Gestão nos colocou: olha, vamos pedir recurso nas duas dotações. Na do FEMA e na da Secretaria para poder atender a essas necessidades todas, dos parques. Que a população merece, e eu acho que já que nós estamos com os parques aí, e fechados, eu acho que é um desperdício, realmente, de recurso, uma vez que você investiu dinheiro do FEMA, na aquisição desses parques. O dinheiro de aquisição de desapropriação dessas áreas todas vieram da onde? Do FEMA.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Todas?



Jairo: Todas. Parques. Todas as desapropriações... A única dotação que nós temos para pagar desapropriação de parque, é do FEMA. Nós não temos, na Secretaria, dotação específica para desapropriação de área para parque. É toda ela do FEMA. Diante disso, eu acho que nada mais justo, se foi desapropriado com recurso do FEMA, por que não manter com recurso do FEMA? Está bom?

Cons. Cristina: Eu posso comentar?

Jairo: Só um instantinho, que o...

Milton Persolli: Bom dia. Bom dia a todos. Cristina, bom dia. Tudo bem? Bom, com relação a esses processos de manutenção, nós temos parâmetros para nos nortear em termos de decisão. Primeiro, uma vistoria técnica da parte de engenharia. Foi feita uma vistoria in loco, de todos esses... são 46 processos que nós temos hoje, com parques que necessitam dessa manutenção. Depois dessa vistoria, foi feita uma consulta ao Conselho Gestor de todos os parques, você é membro de um Conselho Gestor lá do Parque do Cordeiro, então a gente respeita, e traz para o Conselho Gestor, também, essa responsabilidade de dividir a real necessidade da manutenção. O que é necessário ou não, nesse primeiro processo. "Ah, mas nós vamos investir em um campo de futebol?" Mas para aquele parque, o campo de futebol é a área mais importante. Foi discutido isso com o Conselho Gestor. Depois que é feito esse trabalho com o Conselho Gestor, nós sentamos e elaboramos uma planilha conjunta, de tudo que tem que ser feito de reforma para esses parques. E aí, nós utilizamos o uso da ata de registro de preços. E aí, a gente entra na parte de preço, que você falou do custo. Essa ata de registro de preços são empresas que já passaram por um processo licitatório na prefeitura. Elas ganharam esse processo licitatório, e são responsáveis pela manutenção dos próprios municipais em toda a prefeitura. E elas são divididas por agrupamento. Então elas ganharam o direito de executar essas reformas, em todos os próprios municipais. Incluindo parques, incluindo CDCs, UBSs, então... Essas empresas, lá em Santo Amaro, lá nós temos uma empresa ganhadora dessa ata. Esses preços públicos praticados por essas empresas são preços publicados no Diário Oficial. São preços oficiais, que sofrem reajustes semestrais. Essa planilha foi elaborada já com reajuste de janeiro de 2013. Essa planilha é publicada, e as empresas são obrigadas a praticar o preço da planilha de SIURB. Além disso, o processo conta com três orçamentos externos, para se comparar o preço. Se o preço está justo ou não. Mesmo assim, se houver necessidade, e se os preços forem menores, a gente socorre ao preço menor. Faz a consulta à empresa. Então a questão de preço está equacionada. Nós temos um mecanismo... Inclusive, esse mecanismo foi discutido até com a Promotoria Pública, de informar que... E ela se coloca favorável a isso, de que a gente utilize os preços praticados pela prefeitura. Para qualquer tipo de... inclusive para táxis, para TCAs. A gente está buscando o entendimento junto ao Ministério Público, de que, se existe uma regra, se existe um processo licitatório, se existe um preço público publicado, é esse que nós vamos utilizar. Então é esse que nós estamos utilizando. E nós somos obrigados a utilizar só esse. Então, não é um preço externo, não é... Aquela comparação que você fez, do uso do parque, de R\$ 1,5 milhão para o campo de futebol, é o preço que está na ata. Nós não podemos acrescentar mais nada. Então, isso precisa ficar claro para todos aí, que todo esse processo foi feita uma discussão ampla com os Conselhos Gestores, e que a gente... Inclusive Pinheirinho D'Água, eu fui semana passada, ficamos quatro horas debruçados sobre o processo para ver a real necessidade da utilização dos dois processos. Das reformas. Com relação ao Parque do Cordeiro, que você falou, a gente... a parte oeste, você sabe que já está totalmente limpa. A gente se posicionou favorável também. Estamos aguardando... Conversei com a Patrícia. Na próxima reunião do Conselho, nós vamos decidir o que vamos fazer lá. Vai estar aberto. Só que eu preciso dar uma destinação. Então queria discutir isso com o Conselho, no que que a gente vai por lá. Abrir por abrir, a gente pode até abrir. Eu já tenho condição para isso. Inicialmente, você lembra que eu estava sem contrato de manejo, sem contrato de segurança. Emergencialmente, nós conseguimos manter aquele parque, e aí, hoje, eles já têm um contrato oficial de manejo, e um contrato oficial de segurança. Ele pode ser aditado, complementado, para atender a parte oeste. A minha única dúvida, que eu vou discutir com o Conselho, você, por favor, esteja presente, é o que nós vamos destinar além daquilo. Abrir os portões, a gente destinar uma segurança... A gente até pode fazer isso, mas eu gostaria de a gente discutir um pouquinho mais, até a tua proposta de natal, algumas coisas que a gente poderia apropriar para isso. Então está previsto sim, a abertura, ela já está em condições de ser executada, essa abertura, e na próxima reunião do Conselho, eu vou estar presente, e a gente vai discutir isso. Mas isso então, precisa ficar claro para



todos, a escolha, a forma que foram feitos esses projetos de manutenção, a participação do Conselho Gestor ativa nessas escolhas, na elaboração da planilha conjunta. Então isso está sendo muito discutido, muito conversado, muito trabalhado em conjunto com esses Conselhos Gestores, e a prática da tabela de SIURB, ata de registro de preços. Então, os processos estão plenamente completos para serem colocados em prática.

Cons. Cristina: Posso comentar? Primeiro, Persolli, eu não tenho a menor dúvida da importância do objeto desses pedidos. Especificamente, sobre o Cordeiro. Eu acho que é exemplar, porque nós estamos esperando essa abertura. Você deu nó em pingo d'água, no começo do ano, para poder manter o setor leste. O Conselho Gestor ia pedir o fechamento do parque. Porque não tinha manejo. E você se virou em dez e conseguiu, sem precisar botar a mão no dinheiro do FEMA. Você deu, você teve a sua criatividade, você negociou com as empresas, e conseguiu manter. A abertura do setor oeste está dependendo, nesse momento, exclusivamente do contrato de segurança. O manejo, como você falou, já está resolvido. E eu não quero estender sobre o Cordeiro, mas enfim, o que vai ser feito no Cordeiro já está decidido. Quer dizer, o setor oeste é um setor contemplativo. Não é para ter equipamentos, para ter nada. É para as pessoas andarem por lá, para as pessoas contemplarem. A transferência da administração vai ser para aquela casinha. Só isso. Agora, você combinou comigo que hoje cinco horas, você vai lá. Você esqueceu, ou não? Te peguei. Está todo mundo do Conselho lá, te esperando. É hoje. Ainda falei com o Canhadas, lá em cima. Porque têm dois problemas. O problema de botar a segurança, e o problema da rua. E isso é com a CET. Tudo é área de vocês, mas o Canhadas acompanhou isso. Eu encontrei com ele na garagem, e falei: você vai com o Persolli hoje lá? Então está bom. Estamos te esperando, Persolli. Não dá cano. Você falou que você tinha Ministério Público à tarde. E que depois você ia para lá. Então, não esquece não. Tem café com bolinho.

Milton Persolli: Algum Conselheiro gostaria de se manifestar?

Cons. Cristina: Eu queria só... Se você me der licença, comentar essa questão da posição do prefeito. Eu fico extremamente animada, quando eu ouço dizer que o prefeito diz que não vai faltar dinheiro para o parque. Mas o que me ocorre é que ele vai remanejar dinheiro do orçamento. Vai entrar nos Fundos, entendeu? Se ele tem essa possibilidade, ele tem a caneta na mão, ele pode fazer isso. Já fez em outras ocasiões para outros objetivos. Todos nobres, está certo? Então me espanta mais ainda que o prefeito se valha do nosso fundo para cumprir uma promessa de que não vai faltar dinheiro para os parques. E eu concordo: 103 parques foi um absurdo que foi feito nessa gestão, com relação àquela fobia por criar parques, sem terminar parque nenhum para trás. Ou deixando muitos para trás. Agora, isso aqui, só reitera a minha preocupação. A gente está usando indevidamente, porque era para ter no orçamento. Como foi dito, o orçamento foi insuficiente. Foi cortado. Então tem que, ou cortar serviços, o que é uma lástima, ou arranjar dinheiro por outros canais, por TCAs, eu sei que têm TCAs rolando por aqui. Muitos TCAs foram aplicados... Lá no Cordeiro mesmo, foi aplicado TCA porque não tinha verba de orçamento. E me surpreende a questão da desapropriação de área com recursos do Fundo porque isso, à época, a gente não esteve aqui na gestão passada, mas foi solicitado no FEMA, o Rubens deve, certamente, lembrar disso, e só foi permitido para Perus, por conta do passivo ambiental, e o Perus teve um tratamento diferenciado por conta do passivo ambiental, e usou crédito de carbono. Foi a única ocasião em que, pelo menos quando eu estava no Fundo, se autorizou desapropriação com recursos do Fundo. Então, só para deixar isso registrado. Obrigada.

Jairo: Deixa eu só deixar claro aqui, inclusive do TCA, o que acontece aí. Infelizmente, realmente o orçamento não dá para manter. Eu acho que, se a gente cortar serviço, realmente, é como a senhora falou: é lamentável, e isso vai se tornar, na Secretaria do Verde, e na prefeitura como um todo. Então a gente não dá... Acho que nós estamos no nosso limite, tanto de segurança... tem parque que está aquém da necessidade de segurança, e da manutenção dos parques. Então, não tem outro meio. Se a gente não recorrer ao Fundo. E é uma orientação mesmo, infelizmente, do prefeito, que é o único lugar que realmente tem dinheiro. O representante da SF está aqui? Se a gente estiver falando alguma mentira, aí depois você fala. Não tem de onde tirar, infelizmente. Venderam uma ilusão do orçamento que tinha, e a realidade é essa: e eu vou... olha, eu estou cuidando do orçamento de 2014, eu vou falar uma coisa para a senhora. Vai ser pior que esse ano. A visão vai ser pior que esse ano. Infelizmente. Para nós, que estamos aqui como administrador público, era muito melhor a gente



ter dinheiro para a gente mostrar aquilo que a gente... Mas nós vamos administrar migalhas. E acho que a única fonte que vai ter dinheiro para manter os parques o ano que vem, eu vou até ser assim... eu acho que só vai ser o FEMA. Não vai ter outro recurso a não ser o FEMA. Infelizmente. Em virtude disso, o que nós estamos fazendo? A senhora falou do TCA. Foi feito no TCA e tem um acordo com o Ministério Público, que a gente podia só usar o TCA no início do parque, para fechar... era pouca coisa. Fazer o cercamento, o gradil, e acho que a administração. Coisa pouca. Há um tempo atrás, usaram o dinheiro do TCA para fazer algumas reformas. Na época, inclusive, acho que do Adriano Diogo. Até hoje ele responde isso no Ministério Público, e ele está perdendo, inclusive, os direitos políticos por causa disso. O Ministério Público está acabando com ele. Então, o que nós fizemos quando chegamos aqui, e a gente vem fazendo as tratativas junto ao Ministério Público, ao (incompreensível). A gente já foi em 3 ou 4 reuniões. Ele entendeu a nossa necessidade, e ele vai autorizar a gente a usar os TCA para fazer essa reforma dos parques. Mas para isso, nós temos que mudar o decreto, que já está na mesa do prefeito para ele assinar. E o que ele pediu para a gente? Uma fiscalização rigorosa nesse cumprimento do TCA. Porque é muito aberto. Cada um usava do jeito que queria, como queria, não tinha orçamento, não tinha um preço definido. Então a gente mostrou para ele, inclusive, essa ata de preço de SIURB, que era feita uma licitação lá atrás, onde é o melhor preço que tem. Que a prefeitura... Esse é o preço oficial da prefeitura. Então nós vamos usar esse preço oficial da prefeitura para usar no TCA. Falar assim: você tem que contratar esse X. Nós vamos fazer toda essa fiscalização técnica. Nós vamos fazer. Nós vamos assinar um termo. E você vai ter que fazer isso aqui. Como se fosse uma contratação da prefeitura, só que com a agilidade de ser um terceiro a fazer. E a gente tem que, depois, fazer uma portaria, já está praticamente pronta. Só estamos esperando o prefeito assinar. E aí, o promotor, o Ministério Público vai deixar usar o TCA. Aí também vai amenizar o FEMA.
(fala sem microfone)

Cons. Bianca: Não. Eu só queria falar que em relação ao orçamento, eu sou da SEMPLA, da Secretaria de Planejamento, e assim, todo recurso 00 está completamente comprometido. Assim, a gente tem uma quantidade ínfima em relação às necessidades que a prefeitura tem. A despesa, a gente até brinca que ela é infinita. Mas a receita é finita. Então a gente está com um problema muito sério. A gente está com o orçamento completamente comprometido, e o único dinheiro que a secretaria realmente tem, é do fundo 08, que é do fundo do FEMA. Tanto é que todo o programa de metas, todas as metas que foram feitas em relação à Secretaria do Verde, todas elas foram usadas com o fundo. Então assim, se a gente não usar o fundo, a gente não vai conseguir fazer nada, esse ano. O pouco dinheiro que resta, em relação ao orçamento da Secretaria, não vai dar... mal para fazer a manutenção, a operação da Secretaria. A coisa está realmente complicada. A gente tem um problema de precatórias. A gente tem um problema com a dívida da União, a gente tem uma série de problemas. Os cortes... todas as Secretarias estão passando por um processo muito crítico, os tetos realmente foram... estão muito pequenos, foram cortes pela metade, assim. O PPA vai entrar na Câmara dia 30, segunda-feira agora, ele está feito lá na minha Secretaria, mas eu ainda não posso divulgar ele. Todos os dados estão esclarecidos, e realmente é um problema muito grande que a gente vai ter que lidar nesse mandato. O problema de dinheiro está complicado, mesmo. Realmente vai ser bem pior do que esse ano.

Cons. Abel: Eu concordo. Acho que os parques têm que ser... Mas a minha preocupação, a mesma preocupação que a minha querida colega da sociedade civil aqui tem... Nós respondemos para o Ministério Público. Nós respondemos. Não estou falando que não seja pertinente, que é pertinente sim. Eu sei da necessidade. O único problema nosso... Eu, Abel, da Avepema. Eu tenho medo que daqui a pouco o Ministério Público fala: você foi Conselheiro, você aprovou, você vai responder por essa sua aprovação.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Todos nós temos, e sempre pode... e, mas nós temos o parecer de que quem vai responder antes é a Procuradoria que deu o parecer favorável. Certo? E depois, a secretaria. Algum Conselheiro mais gostaria de se manifestar? Vamos dar continuidade? Rubens, por favor.

Cons. Cristina: Desculpe. Todos os outros processos... eu tenho a mesma ressalva a todos os outros processos. Porque todos eles estão utilizando o mesmo recurso. Com relação à questão do orçamento, esse ano não foi convocada uma reunião... não foram convocadas reuniões nas



subprefeituras para discutir orçamento. Para fazer propostas para o orçamento, o que me surpreendeu. Porque nos últimos anos, tem sido sempre, discutido junto. Agora, a gente sabe dos trabalhos feitos em anos anteriores, que a receita da prefeitura de São Paulo é exorbitante. Administrar a fatura é fácil. Difícil é administrar a escassez. Certo? Então a gente realmente... Eu fico preocupada, todos os anos a gente fica, o que acontece com aquele volume imenso de dinheiro que entra nos cofres da prefeitura? O ano passado ficou muito claro. As subprefeituras tiveram a verba cortada pela metade, e a Câmara triplicou o orçamento. O seu próprio orçamento. Então, é uma questão política. É uma questão de negociação política, certo? Então a gente não vai entrar na discussão de cada secretaria. A gente faz essa discussão no nível das subprefeituras, certo? Mas qualquer gestão pública depende de negociação política. Então eu acho que assim, quando você diz que o único dinheiro que tem é do Fundo, eu fico aterrorizada, porque... então é pouco demais. Se é só... Nós temos o quê? É R\$ 70 milhões, Rubens?

Secretário Executivo Rubens Borges: Financeiro, na conta corrente, tem em torno de 160 milhões, 118 orçado para o ano que vem, porque tem algum recurso que já está comprometido. Então a gente está estimando 118, é isso, que me lembra. Agora... 118, não é, Jairo? Só para confirmar. Esses 118 milhões, eles estão lá, fisicamente, mas para este ano, orçamentariamente, nós tínhamos 80 milhões. Então a gente está utilizando os 80 milhões, e tem um pedido de crédito adicional, suplementar, para este fim, especificamente. Então a gente estaria utilizando do orçamento desse ano. Para o ano que vem, serão 118 milhões, que o dinheiro já está na conta, e que aí, a gente vai utilizar ao longo do ano, esse recurso.

Cons. Cristina: E a Secretaria terá um aporte dos TCAs, e eventualmente, de TACs, que, pelo que você falou, está para sair. Basta um decreto. Não está tão tenebroso assim, o horizonte. Quer dizer, se liberar os TCAs, têm volumes importantes. Eu vou repetir: o Parque do Cordeiro foi implantado com TCA. Tem um TCA pendurado lá no Parque Alto da Boa Vista, que até agora... Está pronto. Pois é. É TCA. Então pronto. Vai sair o Parque agora? Mas então, é TCA. Então é um recurso que está aí. Está para usar. Eu estive com o Maurício Antônio Lopes, por conta do problema lá do Domínio Marajoara, e a gente solicitou que o TAC que eles estão ajustando, vá para o Parque Darci Silva. Então, têm outros caminhos. Sabe? Têm outras alternativas. Precisa fazer como você fez. Quer dizer, foi atrás, negociou, não sei o quê, arranjou dinheiro. Agora, se a gente vai se acomodar, dizer: não, só tem dinheiro do fundo, aí vamos fechar a porta. Porque...

Jairo: Não. Então... É a realidade. Só tem o dinheiro do fundo, realmente. O que nós fizemos? Nós fomos atrás. Então a gente achou... É que essa negociação, inclusive, que nós estamos fazendo, nós estamos fazendo fora de cena, porque se ele descobrir que a gente está fazendo, eles também tomam, também, entendeu? Então sempre é terrível. Leva de (incompreensível). Então, é assim: infelizmente, o que nós temos hoje? Nós estamos falando da realidade, daquilo que a gente pode pegar. É o dinheiro do Fundo. Não há outra fonte de recurso a não ser o fundo. Aí nós fomos atrás. Nós estamos há 8 meses discutindo isso com o Belonuzi, não é? Daniluzi. Não é fácil você convencer eles que nós estamos com uma boa-fé de fazer a coisa certa, que nós estamos realmente, fazendo uma fiscalização muito forte, porque senão, depois, nós vamos responder, mesmo. Quanto ao questionamento lá, sobre o parecer, nós fizemos esse parecer porque nós também, como administrador público, nós vamos responder qualquer problema. Então, por isso que nós temos esse parecer tanto de SNJ, para poder nos respaldar, poder usar o recurso. Porque existe hoje, aquela linha, que pode fazer projeto, pode fazer o gradeamento. Então, nós aprofundamos mais, porque o custeio da Secretaria subiu demais, pela quantidade de parques. Então, não há outro caminho, e é legal fazer a manutenção do parque, nessa de obra, então, acho que não tem... Nós, como administrador público, nós estamos totalmente tranquilos.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Por gentileza, Bianca, de SEMPLA.

Cons. Bianca: Eu só queria dizer que antes da gente falar de fatura, a gente tem que fazer uma análise de onde vêm os recursos. É muito complicado a gente falar que São Paulo tem uma fatura, sendo que a gente não sabe da onde vem o dinheiro. Existe uma coisa chamada fonte 00, que é a arrecadação dos impostos. A gente tem apenas dois impostos. Esse dinheiro não é o suficiente. No governo passado, a gente tinha um número muito maior de transferências do estado, que aí, realmente, concordo com você: é uma questão política. Era uma questão de afinidade política entre



governo do estado e governo municipal, que, portanto, essa transferência era muito grande. A Secretaria do Meio Ambiente, ela não pode receber recursos do PAC, que é transferência federal. Têm uma série de normas que fazem com que eles não entrem no processo do PAC. Muito diferente, por exemplo, da Secretaria de Transportes, outros tipos de Secretaria. Então a quantidade de transferências federais para a área do Verde é muito pequena. Portanto, realmente o recurso que a gente tem hoje, em relação à Secretaria do Verde, é muito pequena. Entendeu? Isso não é uma questão de fartura. Isso não é verdade. Isso é uma questão política, mesmo. A gente tem que ver da onde vem o dinheiro. A gente tem que entender da onde vem o dinheiro, para conseguir fazer isso. Aí, eu só sugiro que você pegue o PPA que vai sair agora. Tem uma explicação muito bacana. A gente fez em um vocabulário para que todo mundo, a população inteira possa entender, para que a gente consiga entender como realmente funciona, para a gente conseguir interferir com mais... do jeito que a gente gostaria de mudar, mesmo. Só isso.

Milton Persolli: Não. Só a título de informação, quando nós viemos para cá, o secretário determinou que todos os preços públicos pagos em eventos em parque, fossem recolhidos ao FEMA. Então, esse ano, até agora, de janeiro até agosto, nós tivemos quase um milhão de reais depositados no FEMA, oriundos de eventos nos parques. A projeção que a gente está fazendo é que talvez cheguemos a um milhão e meio desses recursos, destinados ao FEMA. Então, o FEMA tem um milhão e meio oriundos de eventos realizados nos parques, pagos por terceiros, por preço público, enfim. Minha opinião particular, eu também não acho justo esse dinheiro entrar para o FEMA, e não voltar para o parque. Porque nós tivemos um evento domingo, no Parque Ibirapuera. Vamos só citar um exemplo. A maratona de revezamento, do Pão de Açúcar. Só a Maratona de Revezamento do Pão de Açúcar pagou, em termos de preço público, para utilização do Parque do Ibirapuera, R\$ 105.000,00. Então ela depositou no FEMA, R\$ 105.000,00. Esse dinheiro não retorna para o Parque Ibirapuera? Ele tem que retornar. Ele tem que retornar para manutenção do parque. Por quê? Porque ele foi utilizado, toda aquela população entrou no parque, usou o parque, usou o banheiro, usou... nós tivemos um acréscimo de quantidade de frequência, nós tivemos um incremento, oriundo, motivado por um evento externo. O evento pagou. Mas esse dinheiro não retornou para nós. Então, nós estamos buscando, internamente, Cristina, mecanismos de poder reapropriar esse valor. Os TACs, a mesma coisa. Nós fomos buscar junto ao Ministério Público, entendimentos de mostrar que os mecanismos que nós vamos usar, são mecanismos de controle, através de Portarias, Decretos, e é plenamente possível que isso aconteça. Em vez de ele também só compensar em mudas, então você tem obras importantes... Você tem... Trazemos aqui, Conselhos Gestores, escutemos aqui... O Parque Alto da Boa Vista foi um exemplo. Eu me empenhei particularmente em acertar o TAC dele. Ele acertou o TAC dele aqui, o Luiz Esteves. Acertou o TCA dele, que pôde destravar a colocação do Parque. Nós fizemos a reunião semana passada, já discutindo o projeto a ser implantado. O projeto dele vai ser implantado no meio do ano que vem. A estimativa dele, financeira, que vai ser o quê? Três milhões, aquele Parque. O TCA dele foi oito milhões. O TCA do Luiz foi oito milhões, para aquele condomínio que ele está colocando lá. Então, nós também estamos apropriando, nós também estamos obtendo recursos, nós também estamos tentando achar alternativas. E são alternativas que eu acho que a gente está... quando o Valter fala que nós estamos confortáveis, na verdade, juridicamente nós temos um amparo. Então nós, vocês, Conselheiros, quando vocês obtêm essa informação, quando vocês estão para votar, esse voto está sendo colocado com amparo. Nós também vamos ser questionados, do mesmo jeito que vocês. Mais ainda do que vocês. Mais ainda do que vocês, porque voto... Então assim, antes que a gente submetesse a isso, a votação, a trazer... e esse processo aqui, Cristina, você não estava nas reuniões anteriores, nós também já aprovamos manejos para cá. Os manejos de parque também... O que a gente está entendendo é que recursos oriundos de um FEMA que construiu o Parque... por exemplo, Parque do Cordeiro, foi todo através de um TCA, através de tudo, esse recurso possa ser voltado. O FEMA pode ser aproveitado para isso. Então... E juridicamente, a gente está coberto, tecnicamente a gente está coberto, os processos estão cobertos, então, nós estamos à vontade, com relação a isso. Não precisamos ter medo com relação a essa votação, com relação a isso. Eu também entendo que inicialmente, causa até uma estranheza, falar: o recurso do FEMA vai vim para obra, vai vim para... Mas é uma alternativa que está sendo utilizada, que a lei nos permite, que foi uma orientação, que não tem... não é uma invenção da nossa cabeça. Ah, vamos achar um caminho para que a gente ache, e descobrimos um atalho. Não. Isso está sendo discutido. É uma das alternativas que nós estamos buscando para poder melhorar esse orçamento, e tratar, e colocar os parques em condição.



Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Rubens, prosseguimento à ordem.

Secretário Executivo Rubens Borges: Então, vamos à votação então, do projeto. Conforme tradicionalmente, a gente sempre pergunta de forma positiva, pela aprovação, e aí os Conselheiros se manifestam. Então os Conselheiros que são favoráveis à proposta de contratação de serviços e obras, objetivando a manutenção geral do campo de futebol do Parque Raposo Tavares, permaneçam como estão. Então nós temos quatro votos a favor, e dois contra. Registrada a ressalva dos Conselheiros, da Cristina e do Conselheiro Abel. Então está aprovado por quatro votos a dois. Bom, vamos passar então para a segunda proposta, que é apreciação e deliberação de contratação de serviços de obra, objetivando manutenção geral das instalações do Parque Linear Por do Sol, processo 2013.0.127.613-4. Então a proposta é contratação de serviços, objetivando a manutenção geral das instalações do Parque Linear Por do Sol, processo 2013.0.127.613-4, proponente é a SVMA-DEPAVE, o valor, R\$ 307.645,25. A proposta é de contratação de serviços e obra, objetivando a manutenção e instalação do Parque Linear Por do Sol, cujo objeto inclui readequação de projeto de pista de caminhada, manutenção do estacionamento, fechamento com alambrado, manutenção de playground, paisagismo e serviços complementares, conforme memorial descritivo do relatório, e relatórios fotográficos, de folhas 62 a 65. Os serviços serão executados por ata de registro de preços da Secretaria de Infraestrutura Urbana, cuja autorização para utilização consta em folha 58, no valor de R\$ 292.652,99, divergente dos valores atestados na planilha orçamentária do DEPAVE 1, sob folha 66, de R\$ 307.645,25. Na análise econômica. O orçamento do valor da obra encontra-se respaldado em memorial descritivo e fotográfico da obra, de folhas 62 a 65, e das planilhas orçamentárias de folha 66, atestado pela coordenadoria do núcleo de manutenção, DEPAVE 1, perfazendo o montante de R\$ 307.645,25. A presente proposta origina-se da necessidade de manutenção e conservação dos parques, com proposta elaborada pela divisão técnica de gestão de parque, DEPAVE 5. O Departamento de Administração e Finanças encaminha o presente processo ao DPP para apreciação e deliberação do CONFEMA, juntando, sob folha 70, cópia da solicitação de abertura de crédito adicional suplementar, para fazer frente às despesas propostas. Então vamos à conclusão: com base no exposto no presente relatório, a CAV considera que a proposta atende às diretrizes anuais estabelecidas para exercício de 2013, aprovadas pelo CADES, que trata da utilização de recursos do FEMA. Destaca-se ainda, que a contratação fica vinculada à aprovação da solicitação de crédito adicional suplementar. O DEPAVE deverá adotar providências para compatibilização do valor da obra, à aprovação da utilização da ata de registro de preço. Sendo assim, a CAV não identifica a óbice para prosseguimento da proposta em referência. Assina a Comissão de Avaliação. Nesse caso aqui cabe uma observação, que o valor autorizado para utilização da ata de registro de preços é menor do que o valor da obra porque houve uma correção ao longo do processo. Então a CAV recomenda que o DEPAVE retorne para a SIURB, que é a detentora da ata, para que eles autorizem também a utilização da diferença na ata de registro de preços. Foi a única observação. Podemos ir à votação? Então, os Conselheiros que são favoráveis à contratação de serviços e obras de manutenção geral das instalações do parque linear Por do Sol, permaneçam como estão. Então aprovado por quatro votos a dois. Vamos para o item 3. 3º ponto de pauta. Apreciação e deliberação sobre contratação de serviços e obras, objetivando manutenção geral das instalações do Parque da Aclimação. Parque da Aclimação. Processo 2013.0.193.609-6. Então, a proposta é de contratação de serviços de obra, objetivando manutenção geral das instalações do Parque Aclimação. O processo 2013.0.193.609-6. Proponente, SVMA-DEPAVE. Valor da obra: R\$ 581.341,10. Análise da proposta: trata a presente proposta de contratação de serviços objetivando manutenção das instalações do Parque Aclimação, cujo objeto inclui a manutenção da sede administrativa, com revisão de telhado, refeitório, concha acústica, banheiros, bebedouros, alambrados do campo de futebol, e reparos no gradil, conforme memorial descritivo, juntado em folhas 4 a 14. Os serviços serão executados por ata de registro de preços da Secretaria de Infraestrutura Urbana, cuja autorização para utilização consta em folha 81. A análise econômica e orçamentária se repete. Então vamos à conclusão da Comissão de Avaliação. Com base no exposto do presente relatório, a Comissão de Avaliação considera que a proposta atende as diretrizes anuais estabelecidas para o exercício de 2013, aprovada pelo CADES, que trata da utilização de recursos do FEMA, ressaltando que a contratação fica vinculada à aprovação da solicitação de crédito adicional suplementar. Sendo assim, a CAV não identifica óbice para o prosseguimento da obra em referência. Então, os Conselheiros que são favoráveis à aprovação da presente proposta, permaneçam como estão. Então 4 votos a 2. O próximo ponto de pauta é o item 6, agora. Apreciação e deliberação sobre contratação de serviços e obras, objetivando manutenção geral das instalações do Parque Chácara



das Flores. Processo 2013.0.127.615-0. Proposta: contratação de serviços e obras objetivando a manutenção geral das instalações do Parque Chácara das Flores, processo 2013.0.127.615-0. Proponente: SVMA-DEPAVE, valor da obra: R\$ 1.499.805,44. A análise da proposta: trata a presente proposta de contratação de serviços e obras, objetivando a manutenção da instalação do Parque Chácara das Flores, cujo objeto inclui a manutenção da quadra de esportes, prédio de administração, sala de eventos, olaria, área externa e área de convivência conforme memorial descritivo, juntado em folhas 56 a 59. Os serviços serão executados por ata de registro de preços da Secretaria de Infraestrutura Urbana, cuja autorização para utilização consta em folha 101. Então o restante do relatório se repete. A conclusão da Comissão: com base no exposto no presente relatório, a CAV considera que a proposta atende as diretrizes anuais estabelecidas para exercício de 2013, aprovada pelo CADES, que trata da utilização de recursos do FEMA, ressaltando que a contratação fica vinculada à aprovação de solicitação de crédito adicional suplementar. Sendo assim, a CAV não identifica óbice para o prosseguimento da proposta em referência. Então, os Conselheiros que são favoráveis à aprovação da presente proposta, permaneçam como estão. Então aprovada por quatro votos a dois. Próximo ponto é apreciação e deliberação sobre contratação de serviços e obras, objetivando manutenção geral das instalações do Parque Jacinto Alberto. Processo 2013.0.149.532-4. A proposta de contratação de serviços e obras, objetivando a manutenção geral das instalações do Parque Jacinto Alberto. Processo 2013.0.149.532-4, proponente, SVMA-DEPAVE, valor da obra: R\$ 782.947,21. Análise da proposta: trata a presente proposta de contratação de serviços e obras, objetivando a manutenção das instalações do Parque Jacinto Alberto, cujo objeto inclui a manutenção de quadro elétrico e luminárias internas, manutenção da administração, da pista de bocha, drenagem próximo à quadra de tênis e pista de bocha, recuperação de quadras, demolição da pista de skate, manutenção de grelhas de concreto, muretas, corrimãos e gradis, banco de concreto, e bebedouros, conforme memorial descritivo juntado em folhas 15 a 17. Os serviços serão executados por ata de registro de preços da Secretaria de Infraestrutura Urbana, cuja autorização para utilização consta em folha 81. Vamos à conclusão: com base no exposto no presente relatório, a CAV considera que a proposta atende as diretrizes anuais estabelecidas para o exercício de 2013, aprovada pelo CADES, que trata da utilização de recursos do FEMA. Ressaltando que a contratação fica vinculada à aprovação da solicitação de crédito adicional suplementar. Sendo assim, a CAV não identifica óbice para prosseguimento da proposta em referência. Então os Conselheiros que são favoráveis à aprovação da presente proposta, permaneçam como estão. Então está aprovada por quatro votos a dois. Próximo item de pauta é apreciação e deliberação sobre contratação de serviços, objetivando manutenção das instalações do Parque Anhanguera. Processo 2013.0.112.484-9. Proposta de contratação de serviços e obras objetivando a manutenção das instalações do Parque Anhanguera. Processo 2013.0.112.484-9. O proponente é SVMA-DEPAVE. Valor: R\$ 849.464,32. Análise da proposta: trata a presente proposta de contratação de serviços e obras, objetivando a manutenção das instalações do Parque Anhanguera, cujo objeto inclui a manutenção da cozinha, sanitários, vestiários, casa de apoio da vigilância, administração e almoxarifado, conforme memorial descritivo juntado em folhas 12 a 23. Os serviços serão executados por ata de registro de preços da Secretaria de Infraestrutura Urbana, cuja autorização para utilização consta em folha 101. A conclusão da comissão: com base no exposto no presente relatório, a CAV considera que a proposta atende as diretrizes anuais estabelecidas para o exercício de 2013 aprovada pelo CADES, que trata da utilização de recursos do FEMA, ressaltando que a contratação fica vinculada à aprovação de solicitação de crédito adicional suplementar. Sendo assim, a CAV não identifica óbice para prosseguimento da proposta em referência. Então os Conselheiros que são favoráveis à aprovação da presente proposta permaneçam como estão. Então com voto da Conselheira, fica a proposta aprovada por quatro votos a dois. O próximo item de pauta, é apreciação e deliberação da contratação de serviços e obras, objetivando a manutenção das instalações do Parque Colinas de São Francisco. Processo 2013.0.092.289-0. A proposta de contratação de serviços de obras, objetivando manutenção geral das instalações do Parque Colinas de São Francisco, processo 2013.0.092.289-0. Proponente, SVMA-DEPAVE. Valor da obra: R\$ 582.558,75. Análise da proposta: trata a presente proposta de contratação de serviços e obras, objetivando a manutenção da instalação do Parque Colinas de São Francisco, cujo objeto inclui a manutenção da pista de caminhada e gradis, sanitário público, hall dos sanitários públicos, sala de almoxarifado, recuperação de telhado, escadaria, portaria, administração (área externa), vestiários, cozinha, guarita, revisão elétrica, e caminho da portaria 1, conforme memorial descritivo juntado em folhas 5 a 14. Os serviços serão executados por ata de registro de preços da Secretaria de Infraestrutura Urbana, cuja autorização para utilização consta em folha 59. Então a conclusão: com base no exposto no presente



relatório, a CAV considera que a proposta atende as diretrizes anuais estabelecidas para o exercício de 2013, aprovada pelo CADES, que trata da utilização de recursos do FEMA. Ressaltando que a contratação fica vinculada à aprovação da solicitação de crédito adicional suplementar. Sendo assim, a CAV não identifica óbice para prosseguimento da obra em referência. Então os Conselheiros que são favoráveis à aprovação da presente proposta, permaneçam como estão. Então aprovada por quatro votos a dois. Próximo ponto de pauta, apreciação e deliberação sobre contratação de serviços e obras, objetivando a manutenção geral das instalações do Parque Alfredo Volpi. Processo 2013.0.092.298-9. A proposta é contratação de serviços, objetivando manutenção geral das instalações do Parque Alfredo Volpi, processo 2013.0.092.298-9. Proponente, SVMA-DEPAVE. Valor da obra: R\$ 474.246,57. Análise da proposta: trata a presente proposta de contratação de serviços e obras, objetivando a manutenção das instalações do Parque Alfredo Volpi, cujo objeto inclui instalação de abrigos de lixo, impermeabilização de lajes e reservatório, manutenção da sala de administração, almoxarifado, cozinha de funcionários, banheiros de funcionários, fachadas externas, guaritas, recuperação da área próxima ao playground, reforma de sanitários públicos, calçadas, conforme memorial descritivo juntado em folhas 4 a 18. Os serviços serão executados por ata de ARP, ata de registro de preços, da Secretaria de Infraestrutura Urbana, cuja autorização para utilização consta em folha 64. Conclusão: com base no exposto no presente relatório, a CAV considera que a proposta atende as diretrizes anuais estabelecidas para o exercício de 2013, aprovada pelo CADES, que trata da utilização de recursos do FEMA, ressaltando que a contratação fica vinculada à aprovação da solicitação de crédito adicional suplementar. Sendo assim, a CAV não identifica óbice para o prosseguimento da proposta em referência. Então, os conselheiros que são favoráveis à aprovação da presente proposta, permaneçam como estão. Proposta aprovada por quatro votos a dois. Próximo item é apreciação e deliberação sobre contratação de serviços e obra de manutenção geral das instalações do Parque Rodrigo de Gásperi. Processo 2013.0.092.300-4. Então a proposta é contratação de serviços e obras, objetivando a manutenção das instalações do Parque Rodrigo de Gásperi. O processo 2013.0.092.300-4. Proponente, SVMA-DEPAVE. Valor: R\$ 1.344.730,14. Trata a presente proposta de contratação de serviços e obras, objetivando a manutenção da instalação do Parque Rodrigo de Gásperi, cujo objeto inclui reparo em pisos de concreto, plantio de grama em canteiro externo, reparo em trilhas, manutenção de áreas circulares, quadras de esporte, alambrado do campo, reparos de pintura, caixilhos e forro da administração, revisão da cobertura do campo de bocha e revisão do gradil da divisa do Parque, conforme memorial descritivo, juntado em folhas 21 a 26. Os serviços serão executados por ata de registro de preços da Secretaria de Infraestrutura Urbana, cuja autorização para utilização consta em folha 92. A conclusão: com base no exposto no presente relatório, a CAV considera que a proposta atende as diretrizes anuais estabelecidas para o exercício de 2013, aprovada pelo CADES, que trata da utilização de recursos do FEMA. Ressaltando que a contratação fica vinculada à aprovação da solicitação de crédito adicional suplementar. Sendo assim, a CAV não identifica óbice para prosseguimento da proposta em referência. Então os conselheiros que são favoráveis à aprovação da presente proposta, permaneçam como estão. Então aprovada por quatro votos a dois. O item 11 de pauta é apreciação e deliberação sobre contratação de serviços, objetivando a manutenção do Parque Linear Castelo. O processo 2013.0.127.612-6. Então a proposta é contratação de serviços e obras de manutenção em instalações do Parque Linear Castelo. Processo 2013.0.127.612-6. Proponente, SVMA-DEPAVE. Valor: R\$ 490.809,94. A proposta trata da contratação de serviços e obras, objetivando manutenção das instalações do Parque Linear Castelo, cujo objeto inclui a manutenção de mureta e gradil, conservação de pista de caminhada, manutenção de paisagismo e acessos, conforme memorial descritivo juntado em folhas 63 a 66. Os serviços serão executados por ata de registro de preços da Secretaria de Infraestrutura, cuja autorização para utilização do valor é de R\$ 462.653,32, que consta em folha 59. Divergente dos valores atestados na planilha orçamentária de DEPAVE 1, folha 67, no valor de R\$ 490.809,94. Então vamos à conclusão: com base no exposto no presente relatório, a CAV considera que a proposta atende as diretrizes anuais estabelecidas para o exercício de 2013 aprovadas pelo CADES, que trata da utilização de recursos do FEMA, ressaltando que o DEPAVE deverá adotar providências para compatibilização do valor da obra à aprovação da utilização da ata de registro de preços. Destaca-se ainda, que a contratação fica condicionada à aprovação da solicitação de crédito adicional suplementar. Sendo assim, a CAV não identifica óbice para prosseguimento da proposta em referência. Então os conselheiros que são favoráveis à aprovação da presente proposta, permaneçam como estão. Então, aprovada por quatro votos... Cristina... Eu estava preocupado que você levantasse o copo, junto. Então a proposta foi aprovada por quatro votos a dois. Apreciação e deliberação de contratação de serviços e obras, objetivando a manutenção



geral das instalações do Parque Linear do Canivete, processo 2013.0.092.307-1. Então a proposta... Eu juro que eu não fiz nada. Podemos retomar então? Então vamos lá. Apreciação e deliberação da contratação de serviços de obra, objetivando a manutenção geral das instalações do Parque Linear Canivete. Processo 2013.0.092.307-1. Proponente é a SVMA-DEPAVE. O valor: R\$ 916.559,87. Análise da proposta: trata a presente proposta de contratação de serviços e obras, objetivando a manutenção das instalações do Parque Linear do Canivete, cujo objeto inclui a manutenção de pista de skate, equipamentos de ginástica, campo de terra e playground, pontes, revisão de calçamento em geral, revisão de gradil e instalação de rede de água, conforme memorial descritivo, juntado em folhas 11 a 27. Os serviços serão executados por ata de registro de preços da Secretaria de Infraestrutura Urbana, cuja autorização para utilização consta em folha 88. Conclusão: com base no exposto no presente relatório, a CAV considera que a proposta atende as diretrizes anuais estabelecidas para o exercício de 2013, aprovada pelo CADES, que trata da utilização de recursos do FEMA, ressaltando que a contratação fica vinculada à aprovação da solicitação de crédito adicional suplementar. Sendo assim, a CAV não identifica óbice para prosseguimento da proposta em referência. Então, os conselheiros que são favoráveis à aprovação da presente proposta permaneçam como estão. Então, aprovada por quatro votos a dois. Três votos a dois, porque tem uma conselheira ausente. Então são três votos a dois. Vocês preferem aguardar o retorno dela para continuar? Então aguardamos. Porque quórum nós temos, independente da presença dela, mas se vocês preferem aguardar, a gente aguarda. Se a gente mantiver o quórum com o restante dos conselheiros, tudo bem. O importante é a gente ter quórum para fazer a votação.
(fala sem microfone)

Secretário Executivo Rubens Borges: É que assim: em um determinado momento, nós até fazíamos. Quando era o mesmo tema, vários processos, a gente fazia uma votação em bloco. Juntava um bloco de processos e aprovava. O Tribunal de Contas nos solicitou que fosse individualizado, por conta da característica de cada serviço, do valor de cada uma das obras, então a gente voltou a votar uma a um. Ainda que sejam 25 itens, a gente vai ter que votar um a um. Até por exigência do TCM. O valor total? Eu tenho uma planilha que estava aqui em cima dos processos. Dá em torno de 20 milhões. Tem uma planilha... Que são projetos de organização não governamental.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Pronto, Rubens. Podemos dar continuidade.

Secretário Executivo Rubens Borges: Então vamos lá...

Cons. Bianca: Rubens, posso fazer uma perguntinha?

Secretário Executivo Rubens Borges: Claro. Pois não. Bianca, por favor.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: No microfone, por favor.

Cons. Bianca: Não. Eu só queria saber quando vai ser executado.

Secretário Executivo Rubens Borges: Quando vai ser executado?

Bianca: Depois que for empenhado, quando que vai ser executado.

Secretário Executivo Rubens Borges: A utilização de ata de registro de preços independe de licitação, porque já é uma contratação direta, através da empresa registrada na ata. Então saindo a suplementação de recursos por SEMPLA, a contratação é imediata. E aí, o prazo da obra é o prazo estipulado, dependendo de cada caso, é o prazo estipulado no memorial.

Cons. Bianca: 2014, na prática?

Secretário Executivo Rubens Borges: Na prática... Início da obra, final de 2013. E a conclusão possivelmente em 2014, por conta do tempo da obra.

Cons. Bianca. O que importa é a entrega. Obrigada.



Secretário Executivo Rubens Borges: Possivelmente 2014. As medições são feitas mês a mês. Então parte do recurso vai comprometer o orçamento deste ano. Pelo menos, talvez um mês, ou dois meses, deste ano. E o restante da obra compromete o orçamento do ano que vem.

Cons. Cristina: Rubens. Cristina, Ciranda. O que é esse crédito adicional suplementar? Você está falando da SEMPLA. A SEMPLA vai complementar...

Secretário Executivo Rubens Borges: Não. É que é assim: como eu falei para você, nós temos um saldo em conta corrente, do Fundo, maior do que o saldo orçamentário. Nós temos 80 milhões orçamentários, e 160 na conta corrente. Então, para que a gente possa utilizar esse recurso, além do orçamentário, porque o nosso orçamentário já está todo comprometido, a gente pede para a Secretaria de Planejamento, uma suplementação de recursos. Então, tendo autorização da Secretaria de Planejamento para utilização desse recurso, aí a obra já é iniciada.

Cons. Cristina: E essa autorização pode demorar?

Secretário Executivo Rubens Borges: Essa... Agora tem sido até que rápido, não é, Bianca. É uma coisa de 15 dias, mais ou menos, porque depende da liberação e de um decreto do prefeito, autorizando essa suplementação. Então o trâmite entre autorização, elaboração do decreto e a publicação, dá mais ou menos uns 15 dias. Bom, então só para posicionar a Conselheira que estava ausente, a gente está votando a obra de contratação das instalações do Parque Linear do Canivete. Então, os conselheiros que são favoráveis à aprovação da presente proposta, permaneçam como estão. Então, aprovada por quatro votos a dois. Seguindo aqui para o 13º ponto da pauta, apreciação e deliberação de contratação de serviços e obras, objetivando a manutenção das instalações do Parque Pinheirinho D'Água, processo 2013.0.149.530-8. Então nós temos a contratação de serviços, objetivando a manutenção geral das instalações do Parque Pinheirinho D'Água. O processo, 2013.0.149.530-8, a proponente é a SVMA-DEPAVE, valor: R\$ 1.499.083,97. A proposta trata da contratação de serviços e obras, objetivando a manutenção das instalações do Parque Pinheirinho d'Água, cujo objeto inclui manutenção da administração, banheiros e depósito, recuperação de playground, passarela, trilha, centro de educação ambiental, conforme memorial descritivo juntado em folhas 4 a 15. Os serviços serão executados por ata de registro de preços da Secretaria de Infraestrutura Urbana, cuja autorização consta em folha 99. A conclusão: com base no exposto no presente relatório, a CAV considera que a proposta atende as diretrizes anuais estabelecidas para o exercício de 2013, aprovada pelo CADES, que trata da utilização de recursos do FEMA, ressaltando que a contratação fica vinculada à aprovação da solicitação de crédito adicional suplementar. Sendo assim, a CAV não identifica óbice para prosseguimento da proposta em referência. Então, os Conselheiros que são favoráveis à aprovação da presente proposta permaneçam como estão. Então, aprovada por quatro votos a dois. O próximo ponto de pauta é a apreciação e deliberação sobre contratação de serviços e obras, objetivando manutenção do campo de futebol do Parque Pinheirinho D'Água. O processo 2013.0.149.529-4. Então o proponente é SVMA-DEPAVE, o valor, R\$ 1.435.749,87. A presente proposta trata da contratação de serviços e obras, objetivando a manutenção das instalações do Parque Pinheirinho D'Água, cujo objeto inclui manutenção de vestiário e recuperação do campo de futebol, conforme memorial descritivo juntado em folhas 3 a 8. Os serviços serão executados por ata de registro de preços da Secretaria de Infraestrutura Urbana, cuja autorização para utilização consta em folha 68. Conclusão da CAV: com base no exposto no presente relatório, a CAV considera que a proposta atende as diretrizes anuais estabelecidas para o exercício de 2013, aprovada pelo CADES, que trata da utilização de recursos do FEMA, ressaltando que a contratação fica vinculada à aprovação da solicitação de crédito adicional suplementar. Sendo assim, a CAV não identifica óbice para prosseguimento da proposta em referência. Então os Conselheiros que são favoráveis à aprovação da presente proposta, permaneçam como estão. Então aprovado...

Oradora não identificada: Posso fazer uma pergunta, Rubens?

Secretário Executivo Rubens Borges: Pois não.

Oradora não identificada: São dois processos diferentes para o Pinheirinho D'Água.

Secretário Executivo Rubens Borges: Isso.



Oradora não identificada: O limite é 1,5 milhão, pelo jeito.

Secretário Executivo Rubens Borges: Não, não. Não tem limite para utilização do recurso. É que por ser serviços diferentes, acho que talvez, estrategicamente, para o DEPAVE, seja melhor tratar obras separadamente. Mas não tem limitação de valor. Então está aprovada por quatro votos a dois. Próximo ponto de pauta, é apreciação e deliberação de contratação de serviços e obras, objetivando manutenção geral das instalações do Parque Vila dos Remédios. Processo 2013.0.092.287-3. Então o número do processo, 2013.0.092.287-3, proponente, SVMA-DEPAVE. Valor da obra: R\$ 1.118.964,77. A proposta é de contratação de serviços e obras, objetivando manutenção da instalação do Parque Vila dos Remédios, cujo objeto inclui manutenção dos acessos ao parque, manutenção do portão e gradis do prédio sede com pintura de paredes, recuperação de cobertura, e de iluminação externa. Recuperação de sanitários próximos à administração, recuperação de bloco de estudos, e anfiteatro. Recuperação de quadra poliesportiva e recuperação de churrasqueiras, conforme memorial descritivo, juntado em folhas 64 a 82. Serviços executados por ata de registro de preços, cuja autorização para utilização consta em folha 128. Conclusão: com base no exposto no presente relatório, a CAV considera que a proposta atende as diretrizes anuais estabelecidas para o exercício de 2013 aprovada pelo CADES, que trata da utilização de recursos do FEMA, ressaltando que a contratação fica vinculada à aprovação da solicitação de crédito adicional suplementar. Sendo assim, a CAV não identifica óbice para prosseguimento da proposta. Então, os conselheiros que são favoráveis à aprovação da presente proposta, permaneçam como estão. Então está aprovada por quatro votos a dois. O item 16 é apreciação e deliberação de contratação de serviços e obras de manutenção geral em instalações do Parque São Domingos. Processo 2013.0.149.527-8. Então a proponente é SVMA-DEPAVE. Valor da obra: R\$ 1.026.726,41. A proposta é de contratação de serviços e obras, objetivando manutenção das instalações do Parque São Domingos, cujo objeto inclui manutenção de quadras esportivas, manutenção do prédio da administração, ampliação de alambrado, manutenção e pintura de gradis, e execução de bebedouros, conforme memorial descritivo juntado em folhas 5 a 12. Os serviços serão executados por ata de registro de preço, cuja autorização para utilização consta em folha 77. A conclusão: com base no exposto no presente relatório, a CAV considera que a proposta atende as diretrizes anuais estabelecidas para o exercício de 2013, aprovada pelo CADES, que trata da utilização de recursos do FEMA, ressaltando que a contratação fica vinculada à solicitação e aprovação de crédito adicional suplementar, sendo assim, a CAV não identifica óbice para prosseguimento da proposta em referência. Então, os conselheiros que são favoráveis à aprovação da presente proposta permaneçam como estão. Então, aprovada por quatro votos a dois. Apreciação e deliberação de contratação de serviços de obra, objetivando a manutenção geral do Parque Raposo Tavares. Processo 2013.0.127.614-2. Proponente é a SVMA-DEPAVE, o valor da obra, R\$ 301.262,17. A proposta é de contratação de serviços de manutenção em instalações do Parque Raposo Tavares, cujo objeto inclui reforma de guaritas, revisão da iluminação externa, reforma de bebedouros, playground, churrasqueiras, aparelho de ginástica, telhado do quiosque, recuperação de quadras e campo de futebol, e reparos em gradil, conforme memorial descritivo de folhas 12 a 20. Em folhas 3 a 10 foram juntadas, por DEPAVE 1, relatório geral com diagnóstico das necessidades gerais de manutenção do Parque. Os serviços serão executados por ata de RP da Secretaria de Infraestrutura Urbana, cuja autorização para utilização consta em folha 71. Conclusão: com base no exposto no presente relatório, a CAV considera que a proposta atende as diretrizes anuais estabelecidas para 2013, aprovada pelo CADES, que trata da utilização de recursos do FEMA, ressaltando que a contratação fica vinculada à aprovação da solicitação de crédito suplementar. Sendo assim, a CAV não identifica óbice para prosseguimento da proposta em referência. Então, os Conselheiros que são favoráveis à aprovação da presente proposta, permaneçam como estão. Aprovada por quatro votos a dois. Item 18. Apreciação e deliberação de contratação de serviços de manutenção geral de instalações do Parque Linear Consciência Negra. Processo 2013.0.137.664-3. Proponente é a SVMA-DEPAVE, o valor da obra, R\$ 366.395,05. Trata a presente proposta, de contratação de serviços e obras, objetivando a manutenção das instalações do Parque Consciência Negra, cujo objeto inclui instalação de gradil, instalação de iluminação externa, reparos em corrimão, conforme memorial descritivo, juntado em folhas 3 a 7. Em folhas 8 a 9, foram juntadas por DEPAVE 1, relatório de vistoria. Os serviços serão executados por ata de registro de preço da Secretaria de Infraestrutura Urbana, cuja autorização para utilização consta em folha 78. A conclusão: com base no exposto no presente relatório, a CAV considera que a proposta atende as diretrizes anuais estabelecidas para 2013, aprovada pelo



CADES, que trata da utilização de recursos do FEMA, ressaltando que a contratação fica vinculada à aprovação da solicitação de crédito adicional suplementar. Sendo assim, a CAV não identifica óbice para prosseguimento da proposta em referência. Os Conselheiros que são favoráveis à aprovação da presente proposta, permaneçam como estão. Então aprovada por quatro votos a dois. Item 19. Apreciação e deliberação de contratação de serviços e obras objetivando a manutenção das instalações do Parque das Águas. Processo 2013.0.168.807-6. Proponente: SVMA-DEPAVE. O valor é R\$ 1.499.862,67. A proposta de serviços e obras, objetivando a manutenção e reforma das instalações do Parque das Águas, cujo objeto inclui a manutenção de quadras de esporte e pintura em geral, instalação de gradil, conforme memorial descritivo juntado às folhas 13 a 31. Os serviços serão executados por ata de registro de preço da Secretaria de Infraestrutura Urbana, cuja autorização para utilização consta em folha 85. Com base no exposto no presente relatório, a CAV considera que a proposta atende as diretrizes anuais estabelecidas para 2013, aprovada pelo CADES, que trata da utilização de recursos pelo FEMA. Ressaltando que a contratação fica vinculada à aprovação da solicitação de crédito adicional suplementar. Sendo assim, a CAV não identifica óbice para prosseguimento da proposta em referência. Os Conselheiros que são favoráveis à aprovação da presente proposta permaneçam como estão. Então aprovada por quatro votos a dois. Item 20. Apreciação e deliberação de contratação de serviços e obras objetivando a manutenção geral das instalações do Parque Ecológico Chico Mendes. Processo: 2013.0.106.970-8. Proponente é SVMA-DEPAVE. O valor: R\$ 1.483.546,26. A proposta é de contratação de serviços e obras de manutenção em instalações do Parque Ecológico Chico Mendes cujo objeto inclui manutenção da antiga casa do caseiro, adaptação das salas de aula, readequação de espaço das crianças, adaptação da quadra de esporte, entrada da unidade Chico Mendes, e entorno, manutenção da guarita, terraplanagem do terreno, reformas de coretos, reforma de espaço do pátio, e espaço de convivência aberto, reforma e revisão do prédio da administração, piso térreo e superior, conforme memorial descritivo, juntado em folhas 118 a 123. Os serviços serão executados por ata de registro de preço, cuja autorização para utilização consta em folha 110. Com base no exposto no presente relatório, a CAV considera que a proposta atende as diretrizes anuais estabelecidas para o exercício de 2013, aprovada pelo CADES, que trata da utilização de recursos do FEMA. Ressaltando que a contratação fica vinculada à aprovação de solicitação de crédito adicional suplementar. Sendo assim, a CAV não identifica óbice para prosseguimento da proposta em referência. Então, os conselheiros que são favoráveis à aprovação da presente proposta, permaneçam como estão.

Oradora não identificada: Rubens, reforma e revisão, o que que é reforma e revisão?

Secretário Executivo Rubens Borges: Então, na verdade, obra não é minha especialidade. Tem... O memorial descritivo consta no processo. Está à disposição. Mas eu entendo que a reforma seja questão estrutural, e revisão deve ser alguma coisa... talvez parte elétrica, não sei. Teria que dar uma avaliada pelo memorial descritivo. Elétrica e hidráulica? Obrigado, Jairo. Então está aprovada por quatro votos a dois. Então o próximo é apreciação e deliberação sobre contratação de serviços e obras, objetivando a manutenção geral das instalações do Parque da Ciência. Processo: 2013.0.923.09-8. Proponente é a SVMA-DEPAVE. O valor, R\$ 348.130,10. A proposta de contratação de serviços objetivando manutenção e reforma das instalações do Parque da Ciência, cujo objeto inclui manutenção das portarias da administração e guarita, quadras de esporte, campo de futebol, passeio, telhado, instalação de gradil, e adequação da iluminação externa, conforme memorial descritivo juntado em folhas 6 a 8. Os serviços serão executados por ata de registro de preço da Secretaria de Infraestrutura Urbana, cuja autorização para utilização consta em folha 71. Com base no exposto no presente relatório, a CAV considera que a proposta atende as diretrizes anuais estabelecidas para 2013, aprovada pelo CADES, que trata da utilização de recursos do FEMA, ressaltando que a contratação fica vinculada à aprovação da solicitação de crédito adicional suplementar. Sendo assim, a CAV não identifica óbice para prosseguimento da proposta em referência. Os Conselheiros que são favoráveis à aprovação da presente proposta, permaneçam como estão. Então está aprovada por quatro votos a dois. O item 22, apreciação e deliberação sobre contratação de serviços e obras objetivando a manutenção geral do Parque Lions Clube Tucuruvi. Processo 2013.0.092.303-9. Então a proponente é SVMA-DEPAVE, o valor da obra, R\$ 994.183,03. O objeto é contratação e serviço de obra objetivando a manutenção de reformas da instalação do Parque Lions Clube Tucuruvi, cujo objeto inclui manutenção de calçadas, acessibilidade, rampa na entrada secundária, e quadras de esportes, mesas e bancos, bebedouros, equipamentos de ginástica, quadra de areia e poliesportiva 1 e 2, arquibancada, gradil, iluminação, pintura em geral,



cobertura, forro de PVC, impermeabilização do reservatório, e instalação de bicicletário, conforme memorial descritivo, juntado em folhas 11 a 28. Os serviços serão executados por ata de registro de preço da Secretaria de Infraestrutura Urbana, cuja autorização para utilização consta em folha 94. Conclusão: com base no exposto no presente relatório, a CAV considera que a proposta atende as diretrizes anuais estabelecidas para o exercício de 2013, aprovada pelo CADES, que trata da utilização de recursos do FEMA, ressaltando que a contratação fica vinculada à aprovação da solicitação de crédito adicional suplementar. Sendo assim, a CAV não identifica óbice para prosseguimento da proposta em referência. Então os Conselheiros que são favoráveis à aprovação da presente proposta, permaneçam como estão. Então aprovada por quatro votos a dois. O item 23 é apreciação e deliberação de contratação de serviços de obra objetivando manutenção geral das instalações do Parque Linear Aristocrata, processo 2012.0.162.733-4. Então o proponente é a SVMA-DEPAVE. Valor da obra: R\$ 310.635,29. A presente proposta é de contratação de serviços de obra, objetivando a manutenção das reformas de instalação do Parque Aristocrata, cujo objeto inclui manutenção de gradil, muro da divisa, e serviços complementares, conforme memorial descritivo, juntado às folhas 190, 191. Os serviços serão executados por ata de registro de preço da Secretaria de Infraestrutura Urbana, cuja autorização para utilização consta em folha 188, no montante de R\$ 310.635,29, divergente dos valores atestados na planilha orçamentária de DEPAVE 1, sob folha 192, de R\$ 332.723,27. Conclusão: com base no exposto no presente relatório, a CAV considera que a proposta atende as diretrizes anuais estabelecidas para o exercício de 2013 aprovada pelo CADES, que trata da utilização dos recursos do FEMA, ressaltando que o DEPAVE deverá adotar providências para compatibilização do valor da obra, à aprovação da utilização da ata de registro de preço. Destaca-se ainda que a contratação fica condicionada à aprovação da solicitação de crédito adicional suplementar. Sendo assim, a CAV não identifica óbice para prosseguimento da proposta em referência. Então os conselheiros que são favoráveis à aprovação da presente proposta, permaneçam como estão. Então aprovada por quatro votos a dois. Agora o item 24, é aprovação e deliberação sobre prorrogação contratual do serviço de manejo e conservação dos Parques do Grupo Cemucam. Então o processo é 2011.0.264.557-1. Então agora, não é obra. É serviço de manejo, como já foi discutido aqui, inclusive, antes das votações. Então, a presente proposta é de prorrogação contratual de serviço de manejo e conservação dos Parques do Grupo Cemucam. O processo é o 2011.0.264.557-1., proponente é a SVMA-DEPAVE. Valor total R\$ 821.703,57. Valor estimado para o presente exercício, acrescido dos reajustes contratuais devidos. Análise da proposta: trata a proposta, de prorrogação, por mais três meses, de contrato de serviço de manejo e manutenção e conservação de grupos de parques do Cemucam, composto pelos Parques Cemucam, Alfredo Volpi, Luiz Carlos Prestes, Parque Previdência e Parque Raposo Tavares, cujo objeto inclui serviço de limpeza externa e conservação de áreas verdes, zeladoria de sanitários, serviço de coleta e destinação de lixo, limpeza de fossa séptica, conforme folhas 83 a 88. Em folhas 1043 do processo, a contratada se manifesta favorável à prorrogação do contrato por mais seis meses, mantendo-se as condições e cláusulas contratuais. Em folha 1042, foi juntada a solicitação do Departamento de Administração e Finanças – DAF, para apreciação do CONFEMA, para utilização de recursos do Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, para custeio da prorrogação. A presente contratação tem destaque em sua relevância, na manutenção da qualidade ambiental, considerando que os Parques Municipais são parte integrante das áreas verdes de proteção integral, nos termos do artigo 132, inciso 1, do Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo. Análise Econômica e Financeira e Orçamentária da Proposta: a presente proposta origina-se da manifestação de DAF com relação à necessidade da realização de manutenção e preservação das áreas verdes do município. Destaque se dá ao fato mencionado, de que não há recursos orçamentários disponíveis em dotação própria da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente para realização da proposta ora apresentada. Sendo assim, com base em parecer expedido pela procuradoria geral do município, PGM, da Secretaria de Negócios Jurídicos, foi apresentada a proposta de utilização de recursos do FEMA, na dotação de despesas correntes para prorrogação do presente contrato. Aqui existe um enquadramento da proposta. Então: junta-se ao presente relatório, manifestação da procuradoria geral do município, da Secretaria de Negócios Jurídicos – SJ, da prefeitura de São Paulo, com parecer favorável à utilização de recursos do Fundo Especial de Meio Ambiente, FEMA, para manutenção da qualidade ambiental e o desenvolvimento sustentável, uma vez que as áreas verdes são elementos integradores de urbanização do município e que os parques integram as áreas verdes de proteção integral. Com base em parecer da PGM, entende-se que a proposta ora apresentada se enquadra nas diretrizes estabelecidas pelo SISNAMA e pelo CADES. Em especial quanto ao artigo 57 da lei 14.887, de 15 de janeiro de 2009, que reorganiza a Secretaria do Verde e



do Meio Ambiente, que determina explicitamente que os recursos do Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável destinam-se, precipuamente, a apoiar, entre outros, a manutenção, melhoria e/ou recuperação da qualidade ambiental. Ainda preconiza o parecer, que o próprio CADES, no exercício das atribuições previstas no artigo 32, da lei 14.887/2009, e artigo 6º e 35, inciso 1, do decreto 52.153, de 28/2/2011, estabeleceu, entre as diretrizes para utilização do recurso do FEMA, a expansão e conservação de áreas verdes e unidades de conservação e parques urbanos, lineares e naturais. Conclusão: com base no exposto no presente relatório, a CAV considera que a proposta atende as diretrizes anuais estabelecidas para o exercício de 2013, aprovada pelo CADES, que trata de utilização dos recursos do FEMA, e entende, com fulcro nas manifestações ponderadas pela Procuradoria Geral do Município da Secretaria de Negócios Jurídicos, que é viável a utilização de recursos do FEMA, para viabilizar a proposta ora analisada, cujo valor é de R\$ 821.713,57, valor estimado para o presente exercício, 2013, acrescidos os reajustes contratuais devidos, respeitada a utilização de dotação própria, atribuída as despesas correntes, em linha com a recomendação proposta pela Secretaria de Negócios Jurídicos. Assim sendo, a CAV não identifica óbice para prosseguimento da proposta em referência. Então os Conselheiros que são favoráveis à aprovação da presente proposta, permaneçam como estão. Então nós temos... Abel é favorável? Então nós temos 5 votos favoráveis e 1 contra. Então está aprovada por 5 votos a 1. Próximo item é apreciação é deliberação de serviços técnicos de manejo e conservação dos parques públicos que integram o Grupo Ciência. Processo 2013.0.083.499-0. Proponente, SVMA-DEPAVE. Valor total: R\$ 419.984,75. A análise da proposta é a contratação de serviços técnicos de manejo e conservação de parques do Grupo Ciência, composto pelos Parques Ciência, Consciência Negra, Parque das Águas, e Parque Linear Água Vermelha, cujo objeto inclui serviço de limpeza externa e conservação de áreas verdes. A análise da proposta se repete. Ela é baseada com sustentação no parecer da PGM, destacando o último parágrafo. Cabe destacar, no entanto, que embora a DAF tenha solicitado o montante de R\$ 687.801,12, as despesas para o presente exercício, até 31/12, compreende o valor de R\$ 419.984,75. Porque a gente está comprometendo somente o orçamento deste ano. A conclusão: com base no exposto no presente relatório, a CAV considera que a proposta atende as diretrizes anuais estabelecidas para o exercício de 2013, aprovada pelo CADES, que trata da utilização dos recursos pelo FEMA, e entende, com fulcro nas manifestações ponderadas pela Procuradoria Geral do Município, da Secretaria de Negócios Jurídicos, que é viável a utilização de recursos do FEMA, para viabilizar a proposta ora analisada, cujo valor, até 31/12, é de R\$ 419.984,75, respeitada a utilização de dotação própria, atribuída as despesas correntes, em linha com recomendação proposta pela Secretaria de Negócios Jurídicos. Assim sendo, a CAV não identifica óbice para prosseguimento da proposta em referência. Então os Conselheiros que são favoráveis à aprovação da presente proposta permaneçam como estão. Então está aprovada por cinco votos a um. Os dois últimos itens de pauta, cabe destacar que são processos de projetos que foram apresentados por uma Organização Não-Governamental, que é o Movimento em Defesa do Favelado. Essa proposta, ela já foi submetida ao Conselho, já foi aprovada pelo Conselho, e ela está retornando, porque a Assessoria Jurídica da Secretaria pediu que se fizessem adequações com relação à comprovação da contrapartida. E a instituição, o Movimento em Defesa do Favelado, apresentou essas comprovações... Porque a dúvida era se os bens que estavam sendo oferecidos como contrapartida, eram ou não, de propriedade do MDF. O MDF apresentou a documentação, de propriedade desses bens, e um dos itens que estava sendo oferecido como contrapartida era o espaço físico para realização de cursos, das atividades do projeto. Esse espaço físico, na verdade, ele não é de propriedade do MDF, mas é um espaço cedido pela cúria metropolitana para que eles utilizem. Então, a Assessoria Jurídica, eles apresentaram a documentação da cessão dessa área, e a Assessoria Jurídica entendeu que estava atendido a solicitação. Porém, a Assessoria Jurídica recomendou que a Comissão de Avaliação do projeto se manifestasse, e que voltasse esses processos para o CONFEMA, para uma nova aprovação, por conta dessa... Na verdade, não houve alteração da contrapartida. O que teve foi a comprovação dessa contrapartida. Conselheiro Abel, pois não?

Cons. Abel: Eles comprovaram com documentação?

Secretário Executivo Rubens Borges: Comprovaram. A assessoria jurídica analisou. Pela Assessoria Jurídica está comprovada a propriedade desses bens e, teoricamente, pode ser aceito como contrapartida. Porém, como essa decisão não é da Assessoria Jurídica, essa decisão é do Conselho, por isso que está voltando para cá, para análise. Passou pela Comissão de Avaliação



Técnica, e voltou para o FEMA. Mas têm os processos aqui. Eu posso ler o parecer da comissão, para...

(fala sem microfone)

Secretário Executivo Rubens Borges: Ele só não está projetado ali. Os processos, mesmo depois da minha leitura, ficam à disposição para eventuais consultas.

(fala sem microfone)

Secretário Executivo Rubens Borges: Não. Nesse relatório não. Porque como o que estava sendo discutido era só a contrapartida, mas eu tenho a aprovação anterior aqui no processo, eu já encontro... Já foi aprovado. O valor do projeto. Porque os dois projetos são de apoio à Cooperativa de Catadores. Então um é de Vila Prudente, bairro da Luz, e o outro é de Itaquera, Itaim Paulista. Mas é o mesmo projeto para duas regiões da cidade, diferentes. O da Vila Prudente, bairro da Luz, o valor aprovado foi de R\$ 123.310,35. Com relação à questão da contrapartida, teve uma manifestação técnica e depois o relatório da CAV. A manifestação técnica diz o seguinte: Afim de subsidiar a análise da comissão de avaliação em nova análise da presente proposta, informamos que os orçamentos juntados em folhas 192 a 207 permitem aferir se os valores apresentados na planilha como contrapartida estão compatíveis com os preços de mercado, que era um dos questionamentos. Atendendo ao item B de folha 190 do processo. Com relação ao item C, juntamos ao presente, notas fiscais de compra dos equipamentos apresentados como contrapartida que comprovam a propriedade dos bens, assim como declaração da proponente de que os bens pertencem àquela instituição. Sob folhas 200 a 203, encontram-se encartadas as contas de energia elétrica, telefonia, e fornecimento de água e esgoto, cujas despesas proporcionais, estimadas para execução do projeto foram apresentadas como contrapartida. Consta ainda, no orçamento da confecção das apostilas, em folhas 196 a 197, ressaltando que, por se tratar de material que ainda não se encontra fisicamente disponível, o valor correspondente à despesa deverá ser depositado em conta corrente do projeto, conforme declarado pela proponente, em folha 114, e já aprovada anteriormente pelo CONFEMA. Então, esse caso das apostilas, a instituição se comprometeu a confeccionar as apostilas como contrapartida. Como as apostilas, elas vão ser feitas ao longo do projeto, então eles se comprometeram de depositar o valor das apostilas na conta do projeto, e na ocasião da confecção, eles sacam o dinheiro e executam o serviço. Aí tem a manifestação da Comissão de Avaliação. Tendo em vista que a proponente MDF, Movimento de Defesa do Favelado, atendeu aos esclarecimentos solicitados pela Assessoria Jurídica do Gabinete, em 1º de agosto de 2013, e considerando a manifestação contida na cota retro, a CAV julga que o projeto atende aos critérios de seleção do edital FEMA número 9 de 2012. E assina a Comissão de Avaliação. Podemos ir à votação, então? Então os conselheiros que são favoráveis à aprovação da comprovação da contrapartida, permaneçam como estão. Então, está aprovada por unanimidade. O outro projeto... na verdade, como os dois são iguais, o questionamento era o mesmo. O valor total do projeto: R\$ 113.011,60. Esse é o total do projeto. Então a manifestação do DPP 2 foi a mesma, e a manifestação da Comissão é que: tendo em vista a manifestação dos esclarecimentos solicitados, pela Assessoria... foi atendido os questionamentos da Assessoria Jurídica. E considerando a manifestação contida na cota retro, a CAV julga que o projeto atende aos critérios de seleção do edital FEMA número 9 de 2012. Então, os Conselheiros que são favoráveis à aprovação da contrapartida, da justificativa de contrapartida, permaneçam como estão. Então está aprovada por unanimidade. Bom, assim encerramos a nossa pauta do dia.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Antes de encerrar a reunião, eu queria perguntar à representante da Cecília, se gostaria... e aos outros Conselheiros, desculpem, que no começo eu falei com uma... a dona Cecília falou que gostaria de vir pessoalmente no DEPLAN, ver a demonstração que iria ser feita. Se interessa aos senhores Conselheiros presentes verem. Se interessar, eu peço que a técnica faça a transparência da área que ela pediu. Se não, eu, antes de encerrar, vou fazer um convite: os Conselheiros gostariam de ver? Então está bom...

Secretário Executivo Rubens Borges: Damasceno, só antes de você encerrar. Nós temos mais uma leva de processos que estão sendo analisados pelas Comissões para serem submetidos ao CONFEMA, e tem uma certa urgência, por conta de ser prorrogação de prazo de alguns contratos e tal. Então, eu gostaria que você... Ou colocar em pauta, se a gente pode fazer uma reunião extraordinária na próxima semana, que pode ser dia 3 ou 4, que são os dias que nós temos aqui, a



sala disponível, que é quinta ou sexta-feira que vem. Então gostaria já, de, aproveitar essa reunião, se for o caso, para a gente marcar a próxima reunião. Pergunto ao conselheiros se todos concordam com uma reunião extraordinária. Os relatórios desses projetos serão encaminhados no início da semana que vem, para que vocês possam ler e analisar, e aí eu pergunto se é melhor dia 3 ou dia 4, para essa reunião, caso vocês concordem.

Oradora não identificada: No dia 4 nós temos a Conferência da Produção Mais Limpa, que é o dia inteiro. Melhor dia 3.

Secretário Executivo Rubens Borges: Dia 3? Então já fica pré-agendada uma reunião extraordinária para o dia 3. A gente manda a pauta e os relatórios no início da semana.

Oradora não identificada: Eu queria pedir licença só para fazer um comentário. Eu preciso deixar registrado que, em nenhum momento, a gente coloca em dúvida a boa-fé da equipe. Aliás, pelo contrário, eu dou os parabéns, porque todos esses processos, para chegarem no ponto em que chegaram, certamente deram um tremendo trabalho, e estão com um detalhamento... Quer dizer, teve visitas aos parques, às áreas todas, levantamento de custos, tal. Então, eu dou os parabéns. E só reitero o respeito que... em nome da Ciranda, a gente tem pelo trabalho da Secretaria.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Não. A Secretaria entendeu a posição da senhora, e não precisaria nem fazer esse aparte, que nós sabemos que... Pois não. Pode falar Abel.

Cons. Abel: A Avepema faz acompanhamento à companheira aqui.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Tudo bem. Agradecemos. Nós gostaríamos a Secretaria, de convidar a todos para dia 28, às 23 horas, na Marquise do Ibirapuera, para abertura do Parque 24 horas. Vocês estão convidados. E também convidando, na primeira ação socioambiental que vocês receberam da Secretaria do Verde, no Parque do Carmo também, e quem tiver alguma contribuição, pode também, entrar em contato conosco, que nós incluiremos lá, e será um prazer recebê-los. Obrigado a todos os conselheiros e conselheiras presentes. E assim damos por encerrada a 83ª reunião plenária ordinária do CONFEMA. Bom dia a todos.

RICARDO TEIXEIRA

**Presidente do Conselho do Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
– CONFEMA**

CONSELHEIROS PRESENTES:

ALINE SIMONCELLI MARTINS

ANTONIO ABEL ROCHA DA SILVA

BIANCA ROLIM DE ALMEIDA ROCHA

MARIA CRISTINA ALMEIDA ANTUNES

MARIA JOSÉ DE ANDRADE FILHA

MARINA SACIOTE

LUIS EDUARDO PERES DAMASCENO

Coordenador Geral do CONFEMA

RUBENS BORGES

Secretário Executivo